

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 23

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal libera programa do IR 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade com Covid.5

O GLOBO - RJ - PAÍS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Auditor mencionado por Flávio é exonerado 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contrapartida em PEC é essencial, diz Tesouro 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compensação tributária via Justiça leva Receita a apertar fiscalização 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ANFIP

Servidores da Receita mobilizam-se para tentar preservar recursos 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Olímpio tem alternativa para tributária 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A compensação cruzada e a linha do tempo - OPINIÃO JURÍDICA 13

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo tem superávit de R\$ 43,2 bi 15

JORNAL DA CIDADE - SE - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal recebe a partir do dia 1º 17

O ESTADO - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cai movida por queda de confiança do comércio 18

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Pressão por verba cria tensão com outros ministérios 19

O DIA - RJ - RIO DE JANEIRO
SEGURIDADE SOCIAL

Preso quadrilha que aplicava golpe do 14º do INSS 21

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS divulga calendário para retomada das provas de vida 22

A TRIBUNA - ES - TRIBUNA LIVRE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para onde vai o Imposto de Renda que você paga todo ano? (2) 23

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quadrilha recebe 1 milhão em fraudes contra o INSS 24

R7 - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas têm até hoje para enviar informes para o IR 2021 26

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: interrupção de bloqueio de pagamento sem prova de vida é prorrogada 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Resistência a fim de piso atrasa votação que destravaria auxílio 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SERVIDOR PÚBLICO

País bate recorde de mortes, e estados e municípios endurecem restrições 31

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - DM REVISTA
SERVIDOR PÚBLICO

Cursos para servidores - EVIDÊNCIA 34

JORNAL DO DIA - SE - POLITICA
SERVIDOR PÚBLICO

Sem consenso, votação da PEC Emergencial é adiada para terça-feira - TRIBUNA 35

O LIBERAL - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Auxílio é necessário; corte de salários não (2) 38

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA
CONGRESSO EM FOCO

PEC da Imunidade tem 200 assinaturas 40

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mais de 260 mil pessoas baixaram o IRPF 42

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro: novo auxílio deve voltar em março 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Gasto militar global equivale a 1 ano de Bolsa Família por dia 44

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA
ECONOMIA

Desemprego é o maior medo 46

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
ECONOMIA

Pagamentos irregulares chegam a R\$ 54,66 bi 49

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - COTIDIANO
ECONOMIA

Tributação dos mais ricos para salvar economia 50

O GLOBO - RJ - PAÍS
POLÍTICA

Recuo estratégico 51

Receita Federal libera programa do IR

Os contribuintes podem baixar o programa de preenchimento e de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2021 (ano-base 2020). O prazo de entrega começará na segunda-feira, às 8h, e vai até as 23h50min59s de 30 de abril. Neste ano, o fisco espera receber até 32.619.749 declarações. No ano passado, foram enviadas 31.980.146 declarações. Pelas estimativas da **Receita Federal**, 60% das declarações terão restituição de imposto, 21% não terão imposto a pagar nem a restituir, e 19% terão imposto a pagar.

Assim como no ano passado, serão pagos cinco lotes de restituição. Os reembolsos serão distribuídos nas seguintes datas: 31 de maio (primeiro lote), 30 de junho (segundo lote), 30 de julho (terceiro lote), 31 de agosto (quarto lote) e 30 de setembro (quinto lote). O link para baixar o programa foi disponibilizado pela própria Receita, com versões para Windows, iOS e Linux. Também estão disponíveis, na mesma página, os links para download de versões dos programas de anos anteriores.

NOVIDADES As regras para a entrega da declaração do Imposto de Renda foram divulgadas quarta-feira pela Receita. Entre as principais novidades está a obrigatoriedade de declarar o auxílio emergencial para quem recebeu mais de R\$ 22.847,76 em outros rendimentos tributáveis e a criação de três campos na ficha "Bens e direitos", para o contribuinte informar criptomoedas e outros ativos eletrônicos.

As empresas, os bancos, as demais instituições financeiras e os planos de saúde estão obrigados a fornecer até hoje os comprovantes de rendimentos. O contribuinte, no entanto, pode adiantar o trabalho e juntar documentos como contracheques e recibos, no caso de rendimentos, e notas fiscais, usadas para comprovar deduções.

ARRECADAÇÃO Também ontem, a **Receita Federal** divulgou que a arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 180,221 bilhões em janeiro, um recuo real (já descontada a **inflação**) de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020. Em relação a dezembro do ano passado, houve aumento real de 13,02%. O valor arrecadado foi o segundo maior para meses de janeiro da série, que tem início em 2008, ficando atrás apenas do primeiro mês de 2020, quando foi de R\$ 182,969 bilhões, em valores corrigidos.

Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade com Covid

Fábio Pupo

A **Receita Federal** registrou uma arrecadação de R\$ 180,2 bilhões em janeiro, uma queda real de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020. Os dados mostram que a atividade econômica segue prejudicada pelos efeitos da Covid, que chegou ao Brasil no fim de fevereiro.

O resultado interrompe a sequência de cinco meses de recuperação no fim de 2020 e pressiona as perspectivas para as contas públicas neste começo de ano.

Em 2020, a pandemia havia afetado os dados com mais força de abril a julho. Nesse período, o percentual de queda na receita chegou a dois dígitos (na comparação com os respectivos meses do ano anterior). De agosto a dezembro, no entanto, os dados tinham mostrado crescimento.

Mesmo com a melhora no fim de 2020, a arrecadação terminou o ano passado com queda de quase 7% e o resultado o mais baixo em dez anos (já considerando a série histórica atualizada pela **inflação**).

De acordo com a Receita, o resultado de janeiro foi em parte influenciado por indicadores macroeconômicos em nível inferior ao do início do ano passado -como o valor em dólar de importações.

De acordo com dados monitorados pela equipe econômica, houve recuo em indicadores do comércio e queda da confiança do consumidor em janeiro. "Esse comportamento é esperado pois, com a perspectiva de aumento das medidas de restrição, empresários e consumidores se mostram mais cautelosos", disse Sérgio Gadelha, coordenador de modelos e projeções da Secretaria de Política Econômica.

Segundo ele, a desaceleração foi observada já em dezembro em função da redução do auxílio emergencial e do aumento das restrições.

Por outro lado, a produção industrial e a venda de bens dão sinais de recuperação. A análise detalhada da arrecadação mostra que a queda foi observada no

grupo das chamadas -das receitas administradas por outros órgãos -o que representa principalmente royalties obtidos com a produção de petróleo no país. Elas caíram 27% na comparação com um ano antes, para R\$ 8,4 bilhões.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, diz que a queda é decorrente da menor atividade em campos no país. "Alguns campos de petróleo tiveram redução, o que interfere na apuração dos royalties que são pagos à União", disse.

Balanço da Petrobras divulgado nesta semana corrobora a análise ao informar que a produção média de óleo e gás natural nos últimos três meses de 2020 ficou 9,1% abaixo do trimestre anterior.

Já o grupo das chamadas receitas administradas pelo Fisco, onde está o recolhimento com **tributos**, teve aumento real de 0,2% na comparação com um ano atrás -para R\$ 171,7 bilhões. Ainda assim, esse foi o terceiro mês seguido de desaceleração e o menor avanço em seis meses.

Na análise por tributo, o aumento foi verificado principalmente em IRPJ/CSLL (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido), que cresceu 5,7% -para R\$ 57,5 bilhões.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Auditor mencionado por Flávio é exonerado

CHICO OTÁVIO E JOÃO PAULO SACONI
opais@oglobo.com.br

O ministro da Economia, Paulo Guedes, exonerou, na última quarta-feira, o auditor-fiscal da **Receita Federal** Glauco Octavio Guerra, mencionado pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro, como um exemplo de funcionário público que teria sido ilegalmente investigado pela fiscalização interna do órgão.

Guerra sustenta que a investigação interna que motivou a exoneração teve origem no acesso indevido de seus dados. A tese dos advogados de Flávio é que caso semelhante pode ter acontecido com o parlamentar, a partir de um suposto repasse informal de dados fiscais sigilosos. Essas informações teriam despertado o interesse do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) pelas movimentações financeiras atípicas dele e de ex-funcionários, acusados de formar um esquema para desviar salários em seu antigo gabinete na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

TESE ENFRAQUECIDA

A exoneração de Guerra pelo Ministério de Economia indica que, no entendimento da pasta, o processo que identificou irregularidades por parte dele tem validade, enfraquecendo a tese de que houve perseguição na condução da apuração.

Guerra era chefe substituto da Divisão de Orientação Tributária da Delegacia da **Receita Federal** no Rio e sua demissão ocorreu, de acordo com portaria publicada ontem em Diário Oficial, por improbidade administrativa.

O auditor vinha sendo alvo de investigação por parte do Escritório de Corregedoria da 7ª Região Fiscal (Escor07), que concluiu pela prática de enriquecimento ilícito por parte dele. O argumento é que Guerra construiu uma casa de R\$ 505 mil no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio, com dinheiro de origem não comprovada.

A defesa do auditor sustenta que o imóvel pertence à sogra de Guerra e alega que ele é vítima de uma perseguição por parte da corregedoria.

A hipótese dessa perseguição, levada ao conhecimento do Sindifisco, foi encampada pelos advogados Luciana Pires, Rodrigo Rocca e Juliana

Bierrenbach, que representam Flávio, em uma petição enviada à **Receita Federal**, em agosto do ano passado, e em uma notícia-crime enviada à Procuradoria-Geral da República (PGR), em outubro, com pedidos para que houvesse uma investigação interna no órgão.

EXONERAÇÃO EM DEZEMBRO

O objetivo dos defensores era buscar registros de funcionários da Receita que teriam acessado irregularmente informações fiscais de Flávio. Guerra e outros quatro auditores da Receita afirmam que foram vítimas de uma devassa ilegal.

Em dezembro do ano passado, a discussão sobre a hipótese levou à exoneração de outro auditor. Christiano Paes Leme Botelho era chefe do Escritório de Corregedoria da 7ª Região e deixou o cargo a pedido, seis meses após o início da ofensiva dos advogados por uma apuração na Receita baseada no caso do escritório.

Procurada, a **Receita Federal** não se manifestou sobre a exoneração de Glauco Octavio Guerra até o fechamento desta edição.

O advogado do auditor-fiscal, Cláudio Serpa, informou que conduz uma ação judicial para tentar reverter um parecer da corregedoria que levou à exoneração do cliente. Serpa negou que o caso tenha envolvido enriquecimento ilícito e reiterou que Guerra teria sido perseguido pela fiscalização interna.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Contrapartida em PEC é essencial, diz Tesouro

Mariana Ribeiro e Edna Simão

Enquanto o Congresso considera nova desidratação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, defendeu que a concessão do auxílio emergencial sem as devidas contrapartidas levaria a uma piora na percepção de risco-país, aumento de juros e desemprego. Ele disse, no entanto, acreditar que os parlamentares serão "responsáveis" e manterão as medidas de ajuste nas contas presentes no texto.

"A pessoa que vai ser beneficiada com o auxílio emergencial é a mesma que vai ficar desempregada por algum período depois se não tiver contrapartidas que tragam a possibilidade de recuperação da economia", afirmou Funchal. De acordo com ele, o grande objetivo das medidas de ajuste é mostrar que o país estará com a área fiscal organizada no futuro, o que tem impacto sobre as expectativas. "Sei que o Congresso vai fazer a coisa certa."

As declarações foram feitas ontem durante a divulgação do resultado primário do governo central de janeiro, quando as contas ficaram positivas em R\$ 43,2 bilhões. No período, a receita líquida teve queda real de 2,1%. Já as despesas caíram 0,4%.

Segundo o Tesouro, as despesas foram fortemente influenciadas pela interrupção dos gastos emergenciais de combate à crise causada pela covid-19, que caíram de R\$ 33,5 bilhões em dezembro para R\$ 2 bilhões em janeiro. Funchal afirmou que o resultado do mês é um indicativo de que, em termos de resultado fiscal, o país está voltando ao nível pré-pandemia.

Em documento que acompanhou a divulgação, a secretaria reforçou que as despesas voltadas à crise foram necessárias no ano passado, mas tiveram um "alto custo futuro deixado para a sociedade".

"Observamos o maior déficit primário da nossa série histórica e nosso endividamento atingindo quase 90% do **PIB**, muito acima da média dos países emergentes, que é de 62% do **PIB**", diz o documento. Assim, defende que é necessária a continuidade do processo de consolidação fiscal, com objetivo de estabilizar o endividamento.

As medidas de ajuste inseridas na PEC Emergencial, avalia a secretaria, são importantes para que a implementação de uma nova rodada do auxílio emergencial seja "fiscalmente sustentável". Funchal disse ainda que "fatiar" o texto, ou seja, retirar as contrapartidas, teria um "efeito perverso" sobre a economia.

O secretário admitiu que a discussão sobre a desvinculação dos gastos com saúde e educação, medida presente na PEC Emergencial, é "difícil", mas disse ser importante evoluir nesse debate. "É difícil dar cavalo de pau em transatlântico", afirmou, se referindo à magnitude da proposta. Ele lembrou que o governo chegou a propor a unificação dos pisos, no lugar de uma extinção.

De acordo com o secretário, na União, o gasto com educação e saúde já é bem acima do mínimo e não haveria uma redução nos patamares com o possível fim dos pisos. Para os Estados e municípios, completou, a medida daria mais flexibilidade para gestão dos recursos.

Em relação às isenções ao diesel e ao gás de cozinha, anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro na semana passada, Funchal

afirmou que qualquer medida de desoneração de **impostos** será compensada, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo o secretário, não há brecha para o não cumprimento da regra.

O secretário não soube dizer, no entanto, como será feita essa compensação e ressaltou que os cálculos são feitos pela **Receita Federal**. Quando anunciou as medidas, Bolsonaro afirmou que elas passariam a valer em 1º de março. Até agora, no entanto, os números relativos ao impacto das desonerações e às formas de compensação não foram divulgados pelo governo.

Questionado sobre o impacto da troca do comando da Petrobras nos mercados, ele disse que o episódio não deve ser entendido como "regra geral" e que a questão dos combustíveis é "ponto sensível" em todos os governos, não apenas nesse.

"A gente continua buscando o processo de consolidação fiscal, de ajuste de contas, continua

andando com agenda de privatizações", afirmou, acrescentando que é essa a mensagem que tem passado nas conversas que mantém com investidores. "É caso específico, peculiar, que foi resolvido", defendeu.

O secretário disse ainda que uma lição pode ser tirada do episódio pelo governo: "Mudanças que mexem com expectativas de agentes se refletem muito nos preços".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Compensação tributária via Justiça leva Receita a apertar fiscalização

Mariana Ribeiro e Lu Aílco Otta

A **Receita Federal** informou que vai fiscalizar R\$ 66 bilhões em créditos tributários referentes a ações judiciais nos próximos meses. As compensações têm crescido acima do esperado e, em janeiro, atingiram R\$ 23,1 bilhões, uma alta de 38,4% sobre o mesmo mês do ano anterior. Esse movimento influenciou a arrecadação, que registrou queda real de 1,5% em janeiro em relação ao mesmo mês de 2020, somando R\$ 180,2 bilhões.

O aumento nas compensações é explicado, principalmente, pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2017, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, afirmou o subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da **Receita Federal**, Frederico Faber. "Continuamos com tendência de aumento relevante nas compensações referentes a ações judiciais", afirmou, acrescentando que o fisco está com equipes especiais atuando para verificar a pertinência dos créditos utilizados pelos contribuintes.

"Temos programado para os próximos meses auditarmos cerca de R\$ 66 bilhões em créditos já declarados pelo contribuinte", disse Faber. Do total compensado em janeiro, R\$ 11,1 bilhões são relacionados a ações judiciais. O valor representa um crescimento de 168% em relação a janeiro de 2020.

Entre os fatores que influenciaram a arrecadação, a Receita destacou ainda a redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) aplicáveis nas operações de crédito, que, embora tenha terminado em 31 de dezembro, ainda gerou perda de R\$ 1 bilhão no primeiro mês deste ano.

Houve, por sua vez, arrecadações extraordinárias de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 1,5 bilhão. A Receita também destaca o recolhimento da oitava cota do ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), relativa ao ajuste de 2019, no valor de R\$ 1,2 bilhão.

Em janeiro, as receitas administradas pelo fisco somaram R\$ 171,8 bilhões e cresceram, em termos reais, 0,22% sobre o mesmo período do ano passado. Já as receitas próprias de outros órgãos - que inclui os dados de royalties de petróleo, por exemplo - ficaram em R\$ 8,4 bilhões, uma queda real de 27%.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, afirmou que a arrecadação de janeiro foi fortemente afetada pela questão dos royalties. O setor de petróleo, disse, experimentou no ano passado redução na produção, o que interfere na apuração dos royalties.

Para ele, no entanto, as receitas seguem em trajetória de retomada e a avaliação do resultado do mês é "extremamente positiva". A arrecadação de janeiro é a segunda maior da série histórica, destacou, ficando atrás apenas de janeiro do ano passado.

Questionado sobre a compensação à desoneração do diesel e do gás de cozinha, anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro, Malaquias afirmou que a Receita elaborou "diversos cenários". Há também pareceres jurídicos e econômicos sobre o tema, completou.

"O processo decisório está tramitando, ao final tudo será informado", disse, destacando que as discussões não foram finalizadas.. "Até a decisão final da medida, como existem alternativas, não estamos autorizados a nos manifestar", afirmou. Ele acrescentou que a decisão deve sair nos próximos dias.

Também presente na apresentação, o coordenador de Modelos e Projeções Econômico-Fiscais da Secretaria de Política Econômica, Sérgio Gadelha, afirmou que as projeções de mercado ainda indicam uma expectativa de retomada da atividade econômica.

O resultado da arrecadação de janeiro ficou 0,6% acima do previsto por analistas de mercado na pesquisa Prisma Fiscal. Foi o menor erro nos últimos 12 meses, disse. As incertezas da pandemia fizeram com que o erro das projeções ficasse em média em 10,7% no período de agosto a dezembro de 2020.

A SPE ressaltou que dados de alta frequência, como o consumo de energia elétrica, continuam em patamares acima dos níveis pré-pandemia. A perspectiva é positiva para o desempenho da indústria no primeiro trimestre do ano, acrescentou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Servidores da Receita mobilizam-se para tentar preservar recursos

Lu Aiko Otta

Os servidores da **Receita Federal** articulam no Congresso para retirar da proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial o dispositivo que elimina uma fonte de financiamento para a **Receita Federal**. Uma das iniciativas partiu do senador Major Olímpio (PSL-SP), que apresentou emenda nesse sentido.

"Para que matar a vaca para acabar com o carrapato? Tirar recursos da Receita é uma loucura", disse o senador. Ele atribui a iniciativa a uma "revanche política" contra o órgão, por causa da fiscalização de pessoas poderosas.

A cooperação da Receita com órgãos como o Ministério Público deve ter motivado a adoção da medida, segundo o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco), Mauro Silva. A eliminação das fontes de financiamento vai enfraquecer o órgão, disse. "A primeira coisa é tentar fazer com que [a eliminação da fonte de financiamento] não se concretize", comentou.

Silva avalia que o governo desprestigiou os ganhos de receita, ao adotar a regra do teto de gastos. Não adianta elevar a arrecadação, pois essa não pode ser gasta se as despesas estiverem acima do teto.

Mas, para o ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel, a PEC emergencial, se aprovada como está, terá pouco efeito prático no dia a dia da Receita. Ele explica que os recursos ficam depositados em um fundo e só podem ser utilizados se houver autorização orçamentária. Não raro, esses recursos acabam contingenciados. Assim, na prática, a Receita precisa disputar verbas orçamentárias com os demais órgãos, tendo ou não uma fonte específica de financiamento.

Para Everardo, a iniciativa tampouco atenta contra a independência da Receita. "A Receita nunca teve autonomia", afirmou. Ele lembra que, no final de seu período no comando do órgão, propôs uma medida provisória (MP) tornando-o autônomo dos pontos de vista administrativo, financeiro e orçamentário. A proposta foi rejeitada pelo Congresso Nacional.

"Não fere a autonomia da Receita", afirmou o ex-secretário da Receita Marcos Cintra. "Mas dói no bolso dos fiscais." Além disso, fere a eficiência do órgão, observou.

Ele explicou que o fundo é utilizado sobretudo para pagar bônus de desempenho aos funcionários da Receita. Esses valores não são definidos conforme o valor de multas que o fiscal aplique, e sim com base na produtividade dele: número de processos analisados, agilidade no trabalho. Por isso, Cintra avalia que o fim desses recursos poderá afetar a produtividade. Embora, do seu ponto de vista, o salário devesse ser suficiente para garantir o empenho dos servidores.

O fundo também serve para bancar investimentos em tecnologia da informação, citou Cintra. Um exemplo é o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), que serve para a Receita receber informações fiscais e contábeis das empresas de forma virtual.

Conforme informou o Valor no dia 24, a PEC emergencial suprime da Constituição uma parte do inciso IV do Artigo 167. Com a mudança, desaparece do texto a autorização para vincular receitas de **impostos** para a realização de atividades da administração tributária.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Olímpio tem alternativa para tributária

Lu Aiko Otta

As divergências entre indústria e serviços em relação à **reforma tributária** vão ganhar um novo capítulo. Na próxima semana, o senador Major Olímpio (PSL-SP), sub-relator da Comissão Mista do Congresso que analisa a reforma, pretende apresentar um texto alternativo ao que é elaborado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Enquanto texto de Ribeiro tende a privilegiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, apoiada pela indústria e pelo setor financeiro, o de Olímpio é apoiado principalmente pelo setor de serviços, que lançou ontem um manifesto de apoio com pelo menos 118 entidades signatárias. Essas entidades compõem um movimento chamado Simplifica Já.

Comparada com a PEC 45 e a outra proposta principal em análise no Congresso, a PEC 110, a proposta defendida pelo Simplifica Já é menos ambiciosa em termos de alteração da estrutura tributária. Por outro lado, contempla a desoneração da folha, considerada uma prioridade no momento em que a taxa de desemprego atinge os 14%.

A proposta em que Olímpio pretende basear seu relatório alternativo já tramita no Senado, como Emenda Substitutiva Global 144 à PEC 110.

Entre os apoiadores da alternativa está o ex-secretário da **Receita Federal** Marcos Cintra. "Muda o foco da **reforma tributária**", afirmou ele ao Valor. O também ex-secretário da Receita Everardo Maciel vê virtudes na proposta de Olímpio, mas acha que ela precisa ser aperfeiçoada.

A principal vantagem da proposta, apontada pelos dois ex-secretários, é o respeito ao pacto federativo. Enquanto as PECs 45 e 110 unem **tributos** federais, estaduais e municipais num único imposto, a proposta do Simplifica Já é preservar o ICMS e o ISS. Porém, uniformiza as regras, que hoje variam conforme o Estado e o município.

Dessa forma, é um desenho nos moldes defendidos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, quando fala em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, comentou Cintra.

Com regras uniformes, a aplicação desses **tributos** se torna mais simples. Ao mesmo tempo, são

preservadas as receitas de cada Estado e cada município. A perda de arrecadação motivada por mudanças no sistema tributário tem sido o principal empecilho à **reforma tributária** nas últimas décadas.

A alteração das competências tributárias dos entes federados é inconstitucional, afirma Everardo, por atentar contra o pacto federativo. Por isso, ele considera propostas como a PEC 45 uma "temeridade".

O setor de serviços, disse Cintra, está preocupado com o risco de o eventual relatório de Ribeiro ser aprovado de afogadilho. Pouco foi divulgado sobre a linha que o relator pretende seguir. "Toda a sociedade brasileira será afetada, mas isso é tratado como segredo de Estado", criticou.

"Se eu, que sou sub-relator, não sei o que tem, imagina os outros senadores", comentou Major Olímpio. Ele acredita que, por não ter tido acesso ao que Aguinaldo Ribeiro e o presidente da Comissão, senador Roberto Rocha (PSDB-MA) pretendem incluir no relatório, este provavelmente será alinhado com as PECs 45 e 110. Assim, o relatório alternativo pretende ser um contraponto.

Outra preocupação do Simplifica Já é o fato de as propostas de IVA não contemplarem formas de compensação tributária para empresas intensivas em mão de obra, disse Cintra. Por isso, o movimento defende a desoneração da folha.

Não está definido, porém, se essa medida seria financiada com a criação de um tributo sobre pagamentos, como defende Guedes. A discussão está em aberto, disse Cintra. A Emenda 144 propõe uma forma de financiamento da desoneração da folha, que é cobrar mais contribuição previdenciária das empresas que agregam muito valor e empregam poucas pessoas, para desonerar as que têm muitos empregados. Mas há um compromisso de discutir esse ponto.

Segundo Cintra, o setor agrícola está simpático ao movimento Simplifica Já, mas ainda discute internamente um apoio formal. Dessa forma, o setor de serviços ganharia uma adesão importante.

O manifesto surge num momento em que entidades empresariais se movimentam em apoio às reformas econômicas. Ontem, associações e federações que representam 45% do Produto Interno Bruto (**PIB**)

publicaram um anúncio em apoio a reformas econômicas e redução da carga tributária.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

A compensação cruzada e a linha do tempo - OPINIÃO JURÍDICA

IRAPUÃ BELTRÃO

Com o advento da Lei nº 11.457, de 2007, a **Receita Federal** passou a deter a competência para fiscalizar e administrar as contribuições previdenciárias. Malgrado tenha a **Receita Federal** recebido tal múnus, esse mesmo diploma legal, no seu artigo 26, parágrafo único, expressamente proibiu a compensação de débitos de contribuição previdenciária com créditos relativos aos outros **tributos** federais igualmente sob a administração da **Receita Federal**.

Destaque-se que, ao estabelecer tal vedação, o legislador agiu dentro do campo de discricionariedade de política fiscal que lhe é afeto, dado que a compensação na seara tributária está longe de representar um direito absoluto a que os contribuintes, detentores de créditos contra a Fazenda Pública, façam jus, na medida em que a norma geral inscrita no artigo 170 do Código Tributário Nacional (CTN) preceitua textualmente que "a lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública".

Todavia, quando da edição da Lei nº 13.670, de 2018, essa vedação legal caiu por terra, de modo que o legislador passou a admitir a compensação de débitos de contribuição previdenciária com créditos relativos a outros **tributos** federais de cuja administração e fiscalização a **Receita Federal** está também incumbida legalmente.

Entretanto, ao fazê-lo, a Lei nº 13.670, de 2018, por meio da inclusão do artigo 26-A à Lei nº

11.457, de 2007, estabeleceu uma restrição temporal no cabimento da compensação relativamente aos débitos de contribuição previdenciária, na medida em que definiu que serão compensáveis os débitos previdenciários com créditos oriundos de outros **tributos** federais sob a administração da **Receita Federal**, desde que ambos (débitos e créditos) tenham períodos de apuração posteriores à implementação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Registre-se que, para contornar essa limitação legal,

burlando a sua incidência, alguns contribuintes passaram a advogar em juízo a possibilidade de compensar débitos previdenciários com créditos atinentes a outros **tributos** federais administrados pela **Receita Federal** reconhecidos por decisão judicial, cujo trânsito em julgado ocorreu após o eSocial, sem embargo de tais créditos se referirem a fatos geradores anteriores à implementação do eSocial.

Defendem essa tese, ao argumento de que o período de apuração do crédito tributário judicial deve corresponder ao momento da superveniência do trânsito em julgado do provimento jurisdicional que o certifica, conferindo-lhe certeza e liquidez.

Essa leitura da norma, porém, não se sustenta, posto que fundada em argumentação jurídica frágil, que parte de um embaralhamento, proposital ou não, de conceitos díspares, que não se confundem. Afinal, é indubitoso que o período de apuração do crédito tributário não diz respeito ao momento em que sobrevém o trânsito em julgado da decisão judicial que o reconhece.

Isso porque a decisão judicial quando reconhece em favor do contribuinte a existência de um crédito tributário não tem aptidão para constituí-lo, como parecem acreditar os contribuintes entusiastas da aludida tese, sendo que a decisão, ao contrário, limita-se a declará-lo. Daí que seus efeitos retroagem necessariamente ao momento pretérito em que se deu o indébito tributário, que corresponde exatamente ao período de sua apuração. Foi esse parâmetro lógico o eleito pelo legislador no artigo 26-A da Lei nº 11.457, de 2007, para definir o cabimento ou não da compensação com débitos previdenciários, usando sempre como referencial a data de implantação do eSocial.

Logo, para aquilatar se é compensável o crédito tributário judicial com débitos previdenciários, segundo os termos do regime jurídico do artigo 26-A da Lei nº 11.457, de 2007, faz-se necessário atestar se o período de apuração ao qual se refere esse crédito é posterior à implementação do eSocial, sendo absolutamente despiciendo perquirir o momento em que o Poder Judiciário o reconheceu definitivamente, por força de decisão revestida de trânsito em julgado.

Finalizando, à diferença do que afirmam alguns

contribuintes, o período de apuração do crédito tributário não coincide com o momento do seu reconhecimento judicial definitivo, sendo, ao revés, sempre e necessariamente anterior a este, o que só faz reforçar o caráter exclusivamente declaratório da decisão judicial final certificadora do crédito tributário do contribuinte, mesmo sendo essa decisão judicial passada em julgado condição sine qua non para conferir liquidez e certeza a esse crédito.

O período de apuração do crédito tributário não coincide com o momento do seu reconhecimento judicial definitivo

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186708?page=1§ion=1

Governo tem superávit de R\$ 43,2 bi

Após registrar o maior rombo da história em 2020, as contas do governo federal iniciaram o ano com resultado positivo. Em janeiro, houve superávit primário de R\$ 43,2 bilhões, informou o Tesouro Nacional ontem.

O saldo é ligeiramente pior do que o observado em janeiro de 2020, quando ficou positivo em R\$ 44,1 bilhões. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um recuo de 6,3%, considerando a **inflação**.

Segundo o Tesouro, o resultado é melhor do que as expectativas de mercado e foi influenciado pela interrupção dos gastos emergenciais relacionados à pandemia do novo coronavírus. Enquanto essas despesas somaram R\$ 33,5 bilhões em dezembro, o valor foi de R\$ 2 bilhões em janeiro.

No mês passado, os gastos extraordinários para mitigar efeitos da pandemia foram direcionados ao Ministério da Saúde e demais pastas (R\$ 1,2 bilhão), à complementação de salário para trabalhadores com remuneração e jornada reduzidos (R\$ 346 bilhões) e ao pagamento residual do auxílio emergencial (R\$ 279 milhões).

Em janeiro, as receitas do governo registraram queda real de 0,1%, totalizando R\$ 181 bilhões. As despesas ficaram em R\$ 112 bilhões, uma queda real de 0,4%.

"O resultado já traz um indicativo, pelo menos em termos econômicos, de resultado fiscal, de que a gente está voltando ao nível pré-pandemia", disse o secretário do Tesouro, Bruno Funchal.

Rombo

Em 2020, por conta da pandemia do novo coronavírus, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de **impostos**, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R\$ 743,1 bilhões. O resultado foi o pior da série histórica iniciada há 24 anos.

Neste ano, o governo tem feito articulações para liberar verbas emergenciais, mas em menor volume. O Ministério da Economia defende que os gastos extras sejam limitados ao programa de vacinação e à nova rodada do auxílio emergencial, que pode custar R\$ 40 bilhões aos cofres públicos.

Até o momento, porém, não há definição sobre o

pagamento do auxílio. A equipe econômica fechou acordo com a cúpula do Congresso para que a nova liberação seja vinculada à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Emergencial, que cria gatilhos de ajuste fiscal para o futuro.

Divergências em torno das medidas, no entanto, adiaram a votação do texto (leia mais na página 9), que estava prevista para ontem. Nova tentativa de análise deve ser feita na próxima semana.

De acordo com o Tesouro, após o rombo do ano passado, que ampliou o endividamento do governo para quase 90% do Produto Interno Bruto (**PIB**), é fundamental que o país avance no processo de consolidação fiscal, com reformas estruturantes.

Segundo o Tesouro, a aprovação da PEC Emergencial é importante porque permite que o pagamento do auxílio seja sustentável para as contas públicas.

"Se o auxílio emergencial for concedido sem as medidas de fortalecimento da posição fiscal do País, pode haver um efeito adverso na economia com aumento da incerteza e perda de credibilidade, provocando aumento do risco país e dos juros, postergação da retomada da economia, bem como menor geração de emprego e renda para a população", informou o órgão do Ministério da Economia.

Arrecadação federal aponta perda de força da atividade econômica

A **Receita Federal** registrou uma arrecadação de R\$ 180,2 bilhões em janeiro, uma queda real de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020. Os dados mostram que a atividade econômica segue prejudicada pelos efeitos da Covid-19, que chegou ao Brasil no fim de fevereiro. O resultado interrompe a sequência de cinco meses de recuperação no fim de 2020 e pressiona as perspectivas para as contas públicas neste começo de ano.

Em 2020, a pandemia havia afetado os dados com mais força de abril a julho. Nesse período, o percentual de queda na receita chegou a dois dígitos (na comparação com os respectivos meses do ano anterior). De agosto a dezembro, no entanto, os dados tinham mostrado crescimento.

Mesmo com a melhora no fim de 2020, a arrecadação terminou o ano passado com queda de quase 7% e o

resultado o mais baixo em dez anos (já considerando a série histórica atualizada pela **inflação**). De acordo com a Receita, o resultado de janeiro foi em parte influenciado por indicadores macroeconômicos em nível inferior ao do início do ano passado - como as vendas de serviços e o valor em dólar de importações.

De acordo com dados monitorados pela equipe econômica, houve recuo em indicadores do comércio e queda da confiança do consumidor em janeiro.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/26-fevereiro-2021/1o-caderno>

Receita Federal recebe a partir do dia 1º

A partir do dia 1º de março a **Receita Federal** começa a receber as declarações de Imposto de Renda. O prazo segue até o dia 30 de abril. O Programa Gerador da DIRPF2021 já está disponível para download desde ontem, assim como o aplicativo "Meu Imposto de Renda". A obrigatoriedade do envio da Declaração do Imposto de Renda recai sobre o contribuinte pessoa física, residente no Brasil, que recebeu, no ano-calendário 2020, rendimentos tributáveis sujeitos à declaração no valor acima de R\$ 28.559,70. De acordo com a Receita, outra novidade é que, para sistemas operacionais Windows, Linux e Mac, não será mais necessário instalar a plataforma computacional Java para envio da Declaração de Imposto de Renda. Basta acessar o site www.gov.br/receitafederal e clique em "Meu Imposto de Renda".

A **Receita Federal** manterá o cronograma de pagamento das restituições em cinco lotes e o início da devolução já para o mês subsequente ao término do prazo de entrega: 1º lote: 31 de maio de 2021; 2º lote: 30 de junho de 2021; 3º lote: 30 de julho de 2021; 4º lote: 31 de agosto de 2021 e 5º lote: 30 de setembro de 2021. As restituições serão priorizadas pela data de entrega da DIRPF. Algumas categorias de contribuintes têm prioridade legal no recebimento da restituição: aqueles com 60 anos ou mais, sendo assegurada prioridade especial aos maiores de 80 anos; os portadores de deficiência física ou moléstia grave e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

AUXÍLIO EMERGENCIAL Os contribuintes que receberam o Auxílio Emergencial por conta da pandemia da Covid-19 são obrigados a declarar o Imposto de Renda da Pessoa Física, caso tenham recebido, junto com o auxílio, outros rendimentos tributáveis em valor anual superior a R\$ 22.847,76.

O contribuinte que tiver rendimento maior que esse valor deve devolver o Auxílio Emergencial.

Estima-se que cerca de três milhões de declarações em nível nacional possuam algum tipo de devolução a ser feita. Informações sobre como realizar a declaração e a devolução podem ser encontradas no site do Ministério da Cidadania (<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>).

[br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial)).

DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA Neste ano, a **Receita Federal** está ampliando o rol de contribuintes

que podem ter acesso à declaração pré-preenchida, com a inclusão de cidadãos que tenham acesso registrado no portal gov.br com um fator duplo de autenticação. A previsão de liberação dessa funcionalidade, que traz economia aos contribuintes que não adquiriram seu certificado digital, é 25 de março de 2021.

O contribuinte inicia com a declaração preenchida com diversas informações já prestadas à **Receita Federal** por outras fontes. Cabe ao cidadão apenas verificar as informações, corrigindo eventuais distorções e complementando, se necessário.

A declaração pré-preenchida está disponível exclusivamente por meio do serviço Meu Imposto de Renda, quando acessado pelo e-CAC.

Porém, é possível recuperar as informações no e-CAC, salvar na nuvem e continuar nos outros meios de preenchimento.

ALERTAS DE MENSAGENS IMPORTANTES Alertas sobre a existência de mensagens importantes na caixa postal poderão ser enviados para o e-mail ou número de telefone do contribuinte, informados na ficha de identificação.

QUEM DEVE DECLARAR?

A obrigatoriedade do envio da Declaração do Imposto de Renda recai sobre o contribuinte pessoa física, residente no Brasil, que recebeu, no ano-calendário 2020, rendimentos tributáveis sujeitos à declaração no valor acima de R\$ 28.559,70. Em relação à atividade rural, obteve receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50; Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00; Obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas; teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00. O não envio da declaração dentro do prazo resulta em multa por atraso.

Arrecadação federal cai movida por queda de confiança do comércio

A queda de confiança entre os empresários do comércio e dos consumidores brasileiros, diante atual cenário de segunda onda da pandemia do novo coronavírus, influenciou o recuo na arrecadação federal de janeiro. De acordo com dados apresentados, ontem, pela **Receita Federal**, a arrecadação foi de R\$ 180,2 bilhões em janeiro, o que demonstra uma queda real de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020.

O resultado interrompe a sequência de cinco meses de recuperação no fim de 2020 e pressiona as perspectivas para as contas públicas neste começo de ano. Em 2020, a pandemia havia afetado os dados com mais força de abril a julho. Nesse período, o percentual de queda na receita chegou a dois dígitos (na comparação com os respectivos meses do ano anterior). De agosto a dezembro, no entanto, os dados tinham mostrado crescimento.

No ano passado, apesar da melhora no fim de 2020, a arrecadação terminou o ano passado com queda de quase 7% e o resultado o mais baixo em dez anos (já considerando a série histórica atualizada pela **inflação**). Influências Segundo informou a Receita, o resultado de janeiro foi em parte influenciado por indicadores macroeconômicos em nível inferior ao do início do ano passado, como as vendas de serviços e o valor em dólar de importações.

De acordo com dados monitorados pela equipe econômica, houve recuo em indicadores do comércio e queda da confiança do consumidor em janeiro. "Esse comportamento é esperado pois, com a perspectiva de aumento das medidas de restrição, empresários e consumidores se mostram mais cautelosos", disse Sérgio Gadelha, coordenador de modelos e projeções da Secretaria de Política Econômica.

Ainda segundo Sérgio, a desaceleração foi observada já em dezembro em função da redução do auxílio emergencial, do aumento das restrições e da saturação de consumo de algumas categorias. Por outro lado, a produção industrial e a venda de bens mostram sinais de recuperação ao crescerem frente um ano atrás.

A análise detalhada da arrecadação mostra que a queda foi observada no grupo das chamadas receitas administradas por outros órgãos, o que representa

principalmente royalties obtidos com a produção de petróleo no país. Elas caíram 27% na comparação com um ano antes, para R\$ 8,4 bilhões.

Para Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, a queda é decorrente da menor atividade em campos no território nacional. "Alguns campos de petróleo tiveram redução, o que interfere na apuração dos royalties que são pagos à União", disse.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/26-02_ce7b6ce0062f2d

Pressão por verba cria tensão com outros ministérios

Idiana Tomazelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A área que cuida de Orçamento dentro do Ministério da Economia virou foco de tensão diante dos vários pedidos de recursos feitos pela ala política do governo e que não podem ser atendidos por desrespeitarem as regras fiscais. A situação chegou ao ponto de técnicos se recusarem a assinar propostas por considerarem que há obstáculos legais para implementá-las. Essa resistência tem irritado outros ministérios e o próprio Palácio do Planalto, alimentando especulações de que os secretários de Fazenda, Waldery Rodrigues, e de Orçamento, George Soares, estão na mira.

Os impasses vão desde a compensação para a desoneração de PIS/Cofins sobre o diesel, anunciada pelo presidente para amenizar o impacto de reajustes no preço do combustível no bolso dos caminhoneiros, até a liberação de recursos para a Operação Carro-pipa, que leva água potável ao semiárido brasileiro e está ameaçada porque o dinheiro previsto para 2021 está travado pelo atraso na votação do Orçamento. Outros focos de atrito são a antecipação do 13.^o dos aposentados do **INSS** e o desejo da ala política de implementar a nova rodada do auxílio emergencial antes da aprovação final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dará respaldo legal ao seu pagamento.

Uma das áreas mais pressionadas é a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), comandada por um técnico experiente da pasta, George Soares, que participa das reuniões da Junta de Execução Orçamentária (JEO) subsidiando as decisões sobre distribuição de recursos.

A SOF é ligada à Secretaria Especial de Fazenda, chefiada por Waldery Rodrigues, que já esteve na mira de Bolsonaro após defender publicamente o congelamento de aposentadorias para abrir espaço à ampliação dos programas sociais do governo.

Na época, o presidente ameaçou dar "cartão vermelho" ao secretário.

Nos bastidores, há o temor de que a pressão pelo atropelo às regras fiscais acabe deflagrando uma entrega de cargos dentro do Ministério da Economia por técnicos que não aceitam assinar atos em desacordo com o que manda a legislação. Esse risco

vai além dos nomes de Soares e Waldery.

Pressão. Um dos temores é que o ministro Paulo Guedes ceda à pressão dos parlamentares para abrir o crédito extraordinário que pagará o auxílio emergencial em 2021 logo após a aprovação da PEC no Senado, mas antes de sua votação na Câmara.

A avaliação dos técnicos é de que isso traga riscos jurídicos ao governo, uma vez que essa despesa não é mais considerada "imprevisível", como requer a Constituição para a abertura desse tipo de crédito - que fica fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**. O respaldo virá justamente da PEC.

Há ainda um impasse envolvendo a antecipação do 13.^o dos aposentados do **INSS**, medida que a equipe econômica quer implementar para injetar R\$ 50 bilhões na economia ainda no primeiro semestre do ano e ajudar a dar fôlego à atividade enquanto a nova rodada do auxílio emergencial não sai do papel.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a secretaria de Waldery tem alertado que a antecipação não pode ser adotada antes da aprovação do Orçamento de 2021, porque os gastos obrigatórios estão sendo feitos de forma provisória na proporção de 1/12 ao mês em relação ao estimado na proposta, como autoriza a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pagar o 13.^o mais cedo que o habitual elevaria essa proporção.

Waldery e equipe chegaram a indicar que o Planalto poderia adotar a medida desde que se responsabilizasse por ela - quando órgãos de controle detectam alguma irregularidade, o servidor que assinou o ato pode responder com o próprio CPF. O aviso fez a ala política recuar, e até agora a medida não saiu. Dentro da própria Economia, há outras áreas envolvidas na discussão que discordam da posição da Fazenda, mas existe consenso de que seu aval é necessário, ao mesmo tempo que essa negativa dá um sinal ruim sobre a medida.

I Aposentadorias

R\$ 50 bi é o valor que pode ser injetado na Economia caso seja antecipado o pagamento do 13^o salário de pensionistas e aposentados; técnicos do Ministério da Economia alertam que a antecipação não pode ser

adotada antes da aprovação do Orçamento de 2021

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presas quadrilha que aplicava golpe do 14º do INSS

Uma organização criminosa foi presa por agentes da 38ª DP (Brás de Pina) acusada de aplicar golpes em beneficiários e pensionistas do **INSS**. O grupo realizava empréstimos nos nomes das vítimas, alegando que elas teriam direito a receber um "14º salário".

Durante a ação, 20 pessoas foram presas em um escritório em Nilópolis, na Baixada Fluminense, e autuadas pelos crimes de estelionato e organização criminosa.

Segundo informações da Polícia Civil, os golpistas tinham uma listagem dos pensionistas e beneficiários para entrar em contato. O grupo costumava ligar para as vítimas questionando se elas já teriam recebido uma carta denominada pelos estelionatários como "Resgate de Margem", que supostamente daria o direito de receber um 14º salário, o que não é pago pelo **INSS**.

Os golpistas utilizavam o nome de uma "empresa fantasma" chamada Safira consultoria, e afirmavam ser terceirizados do banco para oferecer um "retorno emergencial" aos aposentados que não tiveram direito ao auxílio.

Ao final do atendimento, eles marcavam uma visita à casa das vítimas e, em seguida, as induziam a assinar documentos, que na verdade eram empréstimos consignados que iriam direto para contas da quadrilha.

As investigações, conduzidas pelo delegado Maurício Mendonça, titular da 38ª DP (Brás de Pina), partiram da queixa de uma vítima que teria perdido R\$ 30 mil para os golpistas.

Segundo Mendonça, um ofício foi enviado à Polícia Federal para investigar o eventual desvio das informações cadastrais de pensionistas e beneficiários do **INSS**. Com os golpistas foram achados uma série de dados, inclusive bancários, das vítimas.

Em nota, a assessoria do **INSS** informou que "os dados dos segurados são sigilosos, protegidos por lei, e que nenhum servidor tem autorização para repassá-los. E que quando comprovada a participação de servidor público em atos ilícitos, o mesmo está sujeito a sanções administrativas e penais previstas em lei. Vale destacar que, como medida de segurança, uma

força-tarefa, composta pelo Ministério Público, Polícia Federal e **INSS**, atua de forma permanente na apuração e no combate a fraudes.

Além disso, o **INSS** realiza o monitoramento constante dos sistemas, em parceria com a Dataprev, para que seja assegurado o sigilo das informações dos segurados da autarquia." No escritório do grupo foram encontrados diversos cadernos com instruções de como os "consultores" deveriam prosseguir para aplicar os golpes de forma efetiva.

COMO NÃO CAIR EM GOLPES?

O delegado Maurício Mendonça, titular da 38ª DP, recomenda algumas atitudes e medidas de segurança para que o beneficiário não seja lesado por golpistas: sempre desconfie de qualquer benefício do **INSS** que não seja tratado dentro de uma agência do órgão. Na dúvida, procure orientação com o gerente da sua conta bancária. Jamais transfira qualquer valor para terceiros, mesmo que seja para empresas.

Site:

<https://edicao.odia.com.br/2021/02/26/134113/issue8696.pdf>

INSS divulga calendário para retomada das provas de vida

Por G1

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou nesta sexta-feira (26) calendário de retomada da prova de vida.

O cronograma abrange as provas de vida que tiveram vencimento entre março de 2020 e abril de 2021. Veja abaixo:

Calendário da prova de vida - Foto: Reprodução

Quem tinha, por exemplo, que fazer prova de vida em março e abril de 2020, terá de fazer em maio deste ano. Já quem tinha que provar que está vivo entre março e abril deste ano para continuar recebendo o benefício terá de fazer isso em novembro.

Na terça-feira (23), o **INSS** anunciou que aposentados e pensionistas que não fizeram a prova de vida entre março de 2020 e abril deste ano não terão seus benefícios bloqueados. Mas eles devem ficar atentos agora ao calendário de retomada. Se não fizerem a prova de vida, terão os benefícios bloqueados.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/26/inss-divulga-calendario-para-retomada-das-provas-de-vida.ghtml>

Para onde vai o Imposto de Renda que você paga todo ano? (2)

CRISTOVÃO BOURGUINGNON

E para onde vai todo esse dinheiro que investimos sem nem percebermos? O Imposto de Renda é um tributo cobrado anualmente pelo governo federal para financiar áreas como saúde e educação. Ou seja, quem paga plano de saúde e escolas particular, está na verdade financiando o serviço público e o privado?! Na verdade, este valor pago nas duas áreas pode ser deduzido do IR.

A dedução é, em poucas palavras, o quanto você pode abater da sua declaração do imposto de renda. Ela inclui gastos ou despesas ao longo do ano que, ao serem declarados, podem reduzir o quanto você pagará de **impostos** ou garantir que você receba de volta uma restituição.

Gastos relacionados à educação, saúde, doações, pensão, previdência privada ou com dependentes podem ser deduzidos na sua declaração do IR. Mas é preciso atenção para entender exatamente quais gastos podem ser deduzidos.

Você pode estar se questionando agora, se o tanto que pagamos é proporcional a qualidade do serviço que recebemos seja na iniciativa pública ou privada.

Não vou entrar aqui nos méritos políticos da situação e nem na inércia das pessoas em brigarem por serviços de qualidade. O que quero que fique claro é que há **impostos** a pagar e ninguém deve deixar de fazer isso, mesmo

achando que você já paga demais. Até porque, quem não paga o estabelecido pela **Receita Federal** está sujeito a penalidades que variam de multa a prisão. A multa pode chegar a 150% do valor sonegado. Ou seja, um custo financeiro ainda maior do que pagar dentro da legalidade.

Por isso na hora de apresentar a declaração o ideal é levantar toda a documentação anteriormente, e preencher com atenção todos os campos para não correr o risco de fornecer alguma informação errada ou incompleta e cair na malha fina.

No primeiro momento, se isto acontece, a Receita vai encarar como um erro e vai solicitai- as devidas correções. Porém, se o en o persistir e os ajustes

necessários não forem realizados, além de pagar multas o contribuinte vai ficar com o nome sujo.

Uma informação errada no ato da declaração pode gerar muita dor de cabeça. Sonegar imposto é crime. As penalidades variam de multa de 150% do valor sonegado e até 5 anos de prisão.

O erro, muitas vezes não acontece por má fé, mas por falta de conhecimento, por isso que em caso de dúvidas é sempre bom buscar ajuda de alguém que já tenha expertise em fazer a declaração ou contratar um profissional.

CRISTOVÃO BOURGUINGNON é advogado e consultor contábil.

Quadrilha recebe 1 milhão em fraudes contra o INSS

Fernando Bianchi

A Polícia Federal em São Mateus deflagrou uma operação para desarticular um esquema que pode ter provocado prejuízo acima de R\$ 1 milhão aos cofres públicos, por meio de fraudes para recebimento indevido do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão em Montanha e Mucurici, no Estado, e Nanuque (MG), com a participação de 23 policiais. A Federal não informou se houve prisões.

O BPC é pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a idosos e portadores de deficiência que estejam em situação de vulnerabilidade, e atualmente corresponde ao valor de um salário mínimo (RS 1.100).

Segundo a polícia, os fraudadores operavam "produzindo" documentos pessoais de idosos com mais de 65 anos, para que outros idosos, se passando pelos primeiros, fossem ao **INSS** e requeressem os benefícios assistenciais.

A investigação teve início em 2019 e, segundo a polícia, a fraude vem ocorrendo ao menos desde 2013, já tendo custado ao **INSS** mais de RS 1 milhão.

Segundo a Polícia Federal, os envolvidos são investigados pelas práticas de vários crimes de estelionato majorado e lavagem de dinheiro, cujas penas totais ultrapassam os 15 anos de prisão.

BENEFÍCIO

Atualmente, para ter direito ao BPC, é necessário que o rendimento bruto mensal por pessoa da família seja de até 25% do salário mínimo. No caso de pessoa portadora de deficiência, é preciso passar por perícia médica do **INSS** para ter acesso ao benefício e renová-lo periodicamente.

Segundo a advogada Renata Prado, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), a necessidade de uma série de dados

socioeconômicos sugere um cruzamento de

informações de várias fontes por parte dos criminosos neste tipo de fraude.

"Muitos têm o benefício negado. Mesmo nos casos em que há a perícia médica, às vezes acontece de o **INSS** negar, o beneficiário ter que recorrer à Justiça, e a perícia da Justiça ter outro resultado".

Questionada sobre detalhes do esquema, a Polícia Federal não retomou até o fechamento da edição.

Dados vazados por agentes externos, diz Dataprev

O Dataprev, empresa de tecnologia da informação da Previdência que é responsável pela segurança e processamento dos dados do **INSS**, informou que dados vazados por agentes externos ao órgão podem estar por trás de fraudes como a identificada pela Polícia Federal no Estado.

"Investigações já mostraram que dados são vazados por agentes externos que fornecem a terceiros informações sobre aposentados e pensionistas", afirmou, por nota, o Dataprev.

O órgão destacou que os dados dos segurados são sigilosos, protegidos por lei, e nenhum servidor tem autorização para repassá-los, podendo ser aplicadas penalidades em casos de processos administrativos internos instaurados pela Corregedoria.

"Além disso, o **INSS**, em parceria com a Dataprev, tem monitoramento constante dos sistemas, para que seja assegurado o sigilo das informações dos segurados da autarquia, completou o Dataprev.

O órgão ressaltou que denúncias sobre suspeitas de fraude envolvendo benefícios previdenciários devem ser feitas através da Ouvidoria do Ministério da Economia.

O Dataprev é uma das empresas estatais que estão na mira da privatização por parte do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Além do Dataprev, a intenção é vender outras duas empresas públicas da União ligadas ao processamento de dados.

O Serviço Federal de Processamento de Dados

(Serpro) é responsável pelos dados de órgãos como os da **Receita Federal**.

Já o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) trabalha com sistemas de identificação automática.

Empresas têm até hoje para enviar informes para o IR 2021

Veja também

As empresas e as instituições financeiras têm até esta sexta-feira (26) para enviar aos contribuintes os informes de rendimentos referentes ao ano de 2020. Os documentos são essenciais para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2021.

O programa para declaração já está disponível para download no site da **Receita Federal** e nas lojas virtuais para celulares com sistemas Android e iOS. O prazo começa às 8h do dia 1º de março e termina às 23h do dia 30 de abril de 2021. Após essa data, o contribuinte que apresentar a declaração estará sujeito à multa pelo atraso.

A expectativa é de que 32 milhões de declarações sejam enviadas até o final do prazo. E o cronograma de restituição foi mantido entre de maio a setembro, em cinco lotes.

Leia também: Aposentados e pensionistas já podem consultar extrato do **INSS**

Apesar de muitas empresas optarem pelo modo tradicional, os dados não precisam ser enviados pelos Correios. Os comprovantes podem ser entregues por e-mail, baixados na internet ou liberados em aplicativos para dispositivos móveis.

São documentos que permitem que a **Receita Federal** cruze informações e verifique se o contribuinte preencheu dados errados ou sonegou **impostos**. Neles, constam os valores recebidos pela pessoa física, bem como todos os **impostos** pagos durante o ano exercício e as contribuições feitas ao Instituto Nacional do Seguro Social, o **INSS**.

Para o Imposto de Renda 2021, os informes se relacionam ao ano-calendário de 2020, que compreende o período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

Os bancos e corretoras devem informar os valores de todas as contas correntes e de todos os investimentos do contribuinte, enquanto o **INSS** deve informar os valores que foram recebidos pelo aposentado ou pensionista.

As empresas também devem liberar os informes aos seus empregados por meio da Dirf, sejam eles CLT ou terceirizados. Nos documentos, devem constar: os valores recebidos pelos contribuintes no ano anterior, os descontos feitos para a **previdência social**, o Imposto de Renda recolhido na fonte e as contribuições para a **previdência complementar** da empresa ou aportes para o plano de saúde coletivo, caso existam.

Também são obrigados a repassar os informes de rendimentos os planos de saúde individuais e os fundos de pensão, cujos dados servem para que o contribuinte possa deduzir os valores cobrados no IR.

Para saber se o documento já está disponível para consulta, o contribuinte pode ligar para a instituição financeira ou empresa com o qual possui vínculo e confirmar se o informe já está disponível para consulta.

Em todo caso, o contribuinte deverá ser notificado de alguma forma pela empresa, banco ou instituição, o que pode ser feito via e-mail, SMS ou carta, por exemplo.

Aposentados e pensionistas

Os aposentados e os pensionistas do **INSS** já podem consultar as informações por meio do portal **Meu INSS** ou aplicativo para Android e iOS. A senha é a mesma utilizada para consultar os demais extratos. No caso de primeiro acesso, será preciso informar dados pessoais, como nome completo e CPF, e cadastrar uma senha. Depois, basta escolher a opção 'Extrato para Imposto de Renda', do lado esquerdo da página, e emitir o documento.

Também é possível retirar o extrato nas agências do **INSS**, com agendamento prévio. Para tal, basta acessar o portal, ir até a opção 'Novo Requerimento' e digitar a palavra 'extrato' no campo de pesquisa para selecionar o serviço desejado. Pelo telefone, o agendamento pode ser feito no número 135.

Caso o contribuinte não receba os documentos no prazo, é essencial que ele procure quanto antes o setor de recursos humanos da empresa ou o gerente da instituição financeira. Se o atraso persistir, a **Receita Federal** pode ser acionada.

Entretanto, se mesmo assim o contribuinte não receber o informe antes do fim do prazo para a declaração do Imposto de Renda, é possível enviar uma versão preliminar da declaração e depois fazer uma declaração retificadora.

Nesse caso, vale destacar que o não cumprimento do prazo de entrega pode acarretar em multa, que no ano passado variou de R\$ 165,74 a 20% do imposto devido, mais juros e correção monetária. O valor da multa deste ano também não foi divulgado ainda.

Em caso de erros ou de divergência de dados, será necessário pedir um novo documento corrigido pelos canais de atendimento da empresa ou instituição financeira. Aqui, vale a mesma dica do caso de não entrega dos dados: o contribuinte deve enviar a declaração 'incompleta' no prazo, e depois corrigi-la quando estiver com as informações em mãos. Assim, é possível escapar das multas.

- A obrigatoriedade do envio da Declaração do Imposto de Renda recai sobre o contribuinte pessoa física, residente no Brasil, que recebeu, no ano-calendário 2020, rendimentos tributáveis sujeitos à declaração no valor acima de R\$ 28.559,70.

- Em relação à atividade rural, obteve receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50;

- Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00;

- Obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

- Teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00;

- O não envio da Declaração dentro do prazo resulta em multa por atraso.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/empresas-tem-ate- hoje-para-enviar-informes-para-o-ir-2021-26022021>

INSS: interrupção de bloqueio de pagamento sem prova de vida é prorrogada

DO UOL, em São Paulo

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) publicou hoje no Diário Oficial da União (DOU) a portaria que prorroga por mais dois meses a interrupção de bloqueio de pagamento por falta e prova de vida de beneficiários. A prorrogação vale para os beneficiários residentes no Brasil e no exterior.

A Portaria nº 1.278 assegura ainda que os aposentados e pensionistas que não fizeram prova de vida entre março de 2020 e abril de 2021 não terão seus benefícios bloqueados.

A partir de maio, a prova de vida voltará a ser obrigatória. O calendário será o seguinte (sendo a primeira data a do vencimento da comprovação de vida e, a segunda, a nova data):

Essa semana o governo também anunciou a expansão do uso da prova de vida por biometria facial, de 500 mil pessoas no projeto piloto para os 5,3 milhões de aposentados e pensionistas que não realizaram a prova de vida em 2020. A prova de vida por biometria facial está disponível no aplicativo Meu gov.br .

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/26/inss-interruptao-de-bloqueio-de-pagamento-sem-prova-de-vida-e-prorrogada.htm>

Resistência a fim de piso atrasa votação que destravaria auxílio

Renato Machado, Thiago Resende, Daniel Carvalho

A insistência do governo federal em manter a proposta de extinção dos mínimos constitucionais para saúde e educação resultou em um grande revés nesta quinta-feira (25), atrasando a votação que destravaria o auxílio emergencial.

Parlamentares governistas se depararam com o risco de atrasar em pelo menos duas semanas a tramitação da pro-posta e, por isso, agora sinalizam recuo na desvinculação.

A equipe econômica já admite uma derrota nessa disputa, mas prioriza a aprovação de outras medidas relacionadas ao ajuste das contas públicas.

Nesta terça-feira (23), após reunião de líderes, o Senado decidiu adiar a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, considerada fundamental pela equipe econômica para a concessão do benefício para a população.

O governo ainda precisou recuar da tentativa de apenas ler o relatório durante a sessão desta quinta-feira, pois havia o risco de a PEC ser retirada do plenário e passar a tramitar na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o que atrasaria ainda mais a aprovação.

Os líderes acordaram adiar a votação para quarta-feira (3), deixando a sessão da tarde desta quinta apenas para a leitura do relatório da PEC, elaborado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC). A sessão da próxima terça-feira (2) também será usada para debates sobre a proposta.

A leitura do relatório marcaria o início da tramitação da proposta na Casa, mas acabou adiada em razão da grande resistência dos senadores, tanto da oposição como governistas.

Ainda não há definição se os dois turnos da votação - para aprovar uma PEC são necessários dois turnos em cada casa legislativas e três quintos dos votos-acontecerão na quarta ou se será respeitado o interstício regimental, de cinco dias entre as votações.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que esperava um entendimento para votar os

dois turnos na quarta.

Pacheco afirmou que não se tratou de um "adiamento" e que a votação na próxima quarta vai se dar no "tempo mais curto que enxergamos para poder compatibilizar a importância de votar a PEC com a necessidade de amadurecer o debate".

"Na verdade, o que eu vi foi uma grande reação à questão da desvinculação dos mínimos de educação e saúde, mas há aspectos remanescentes do parecer do relator Márcio Bittar que não houve tanta polêmica. Então vamos aguardar a leitura do parecer."

A PEC Emergencial prevê o acionamento de medidas em caso de crise nas contas públicas. O governo considera fundamental a sua aprovação antes de encaminhar ao Congresso a proposta para uma nova rodada de auxílio emergencial.

Os primeiros estudos do Ministério da Economia indicam que a nova rodada do auxílio emergencial deva atingir cerca de 40 milhões de pessoas, em situação de vulnerabilidade em razão da pandemia.

Em seu relatório apresentado nesta semana, Bittar manteve no texto pontos polêmicos do projeto original de 2019, sendo o principal deles a extinção dos mínimos constitucionais para saúde e educação.

Líderes apontaram durante a reunião que havia o risco de não aprovação da PEC na sessão desta quinta-feira, por causa justamente da desvinculação dos gastos com saúde e educação.

A tensão aumentou ainda mais durante a sessão plenária, marcada por uma série de tentativas da oposição de barrar a leitura do relatório, fazendo uso de instrumentos regimentais.

"A população aguarda o auxílio emergencial e vacinas e o governo vem aqui fazer balões de ensaios. O governo está fazendo a versão 1.0, versão 2.0, versão 3.0 e versões não oficiais. Não podemos brincar com isso e fazer factoides aqui dentro", disse o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN).

O governo esteve perto de sofrer uma grande derrota, com a provável aprovação do requerimento para tirar a proposta da pauta e encaminhá-la para a principal

comissão da Casa. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB- PE), então, negociou acordo com a oposição para adiar a leitura do relatório, em troca da retirada do requerimento.

Por fim a PEC foi retirada da pauta desta quinta-feira, encerrando a sessão.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aposta na aprovação da PEC Emergencial para destravar a pauta liberal apresentada ao Congresso e a aliados indicou que esse projeto pode definir sua permanência ou não no governo.

A proposta, no entanto, vem sendo desidratada pelo Congresso, o que vem sendo apontado como uma derrota do ministro da Economia. Além disso, a questão dos prazos é vista como um entrave para a equipe econômica.

O governo mantém a pretensão de começar a pagar a nova rodada do auxílio emergencial em março, mas diz que só encaminha a proposta com a aprovação da PEC Emergencial nas duas Casas.

No entanto, caso não haja acordo para a votação na nova data programada ou para a retirada do interstício, parlamentares governistas veem o risco de que a PEC não seja aprovada em tempo hábil no Senado e na Câmara dos Deputados.

Inicialmente, a equipe econômica queria autorização para cortar temporariamente a jornada e os salários de **servidores públicos**, o que provoca uma redução imediata nos gastos. Guedes já cedeu nesse ponto e a versão mais atual do relatório de Bittar não prevê esse dispositivo.

O texto atualmente debatido no Senado prevê medidas como barreiras à criação de novas despesas obrigatórias, a reajustes a servidores e a concursos públicos.

Bolsonaro diz que benefício deve ser de R\$ 250, em 4 parcelas

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quinta-feira (25) que o governo deve fechar em R\$ 250 o valor da nova rodada do auxílio emergencial que será pago a partir de março por um período máximo de quatro meses.

"Estive hoje com o Paulo Guedes [Economia]. A princípio, o que deve ser feito? A partir de março, por quatro meses, R\$ 250 de auxílio emergencial. Então, é isso que está sendo disponibilizado. Está sendo conversado ainda, em especial com os presidentes da Câmara [Arthur Lira (PP-AL)] e do Senado [Rodrigo

Pacheco (DEM-MG)] porque a gente tem que ter certeza de que o que nós acertarmos, vai ser em conjunto, não vai ser só eu e a equipe econômica, vai ser junto com o Legislativo também, na ponta da linha, aquilo seja honrado por todos nós", disse Bolsonaro em sua live semanal.

Inicialmente, Guedes defendia que o valor fosse de R\$ 200, mas parlamentares queriam mais. No ano passado, foram pagas cinco parcelas de R\$ 600 e outras quatro de R\$ 300.

"Então, mais quatro meses para ver se a economia pega de vez, pega para valer", prosseguiu Bolsonaro, sem informar se a nova rodada respeitará o teto de gastos.

Ele disse que, ao final deste período, espera ter uma proposta para o novo Bolsa Família a ser pago a partir de julho, segundo o presidente.

Excluir mínimo é cavalo de pau em transatlântico, diz secretário do Tesouro

Ao reconhecer dificuldades no debate da regra que extingue os valores mínimos a serem aplicados em saúde e educação, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que a proposta é como "dar cavalo de pau em transatlântico". Funchal defende a proposta, mas afirma que é uma mudança difícil. "Se você está em um estado ou em um município, sofre esse tipo de problema, tem uma amarra muito grande. Mas é difícil dar cavalo de pau em transatlântico. É sair do O para 100 quilômetros por hora rapidinho, é difícil. Mas se a gente conseguir avançar nessa direção, trazer os governadores e prefeitos para o debate, acho que tem um grande ganho", disse.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

País bate recorde de mortes, e estados e municípios endurecem restrições

CURITIBA, RIBEIRÃO PRETO, RECIFE, SÃO PAULO E BRASÍLIA

O Brasil registrou o maior número de mortes pela Covid-19 em 24 horas em toda a pandemia nesta quinta-feira (25) - foram 1.582 óbitos, exatamente um ano após o primeiro caso ser diagnosticado no país. Na véspera, quarta-feira (24), o Brasil chegou à marca de 250 mil vidas perdidas para a doença.

O recorde anterior de mortes (1.554) tinha ocorrido em 29 de julho do ano passado, seguido por 4 de junho, com 1.470 óbitos. Sete dos dez dias com mais mortes na pandemia ocorreram em 2021. O país chegou a 251.661 óbitos e também já soma 10,3 milhões de casos confirmados.

Em meio ao pior momento da pandemia no país, superlotação em hospitais, filas por leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e o risco iminente de colapso nas redes de saúde se tornaram cenas comuns nos estados nos últimos dias e levaram governos a anunciarem a suspensão de cirurgias e de aulas presenciais, entre outras medidas.

Os três estados do Sul têm enfrentado uma explosão de internações, provocando medo e insegurança. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul falam em iminente colapso devido à velocidade das contaminações e do agravamento da doença.

A mudança de perfil dos pacientes, cada vez mais jovens, e a rapidez de piora dos quadros impressionam quem trabalha nos hospitais. No Moinhos de Vento, em Porto Alegre, foram abertas nos últimos dias duas alas de UTI dentro do setor de emergência. Em uma, com dez vagas, só um paciente tem mais de 60 anos e a unidade funciona com superlotação.

"É a pandemia em situação catastrófica. Não sabemos exatamente o que está acontecendo, se está circulando alguma variante do vírus, se é efeito do pós-Carnaval, e não podemos excluir a hipótese de agravamento do vírus porque muita gente tem usado corticoides na fase pré-hospitalar, o que gera efeitos", disse o superintendente médico do hospital, Luiz Antônio Nasi.

A situação é ainda mais crítica no setor público. O

número de internações mais que dobrou no último mês no estado e, se o ritmo for mantido, faltarão leitos, de acordo com a secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann.

"Já estou enxergando o pico do Everest. Estamos aqui apavorados", disse nesta quinta o governador Eduardo Leite (PSDB) em reunião com prefeitos. Leite determinou a suspensão por nove dias do sistema de cogestão, que autoriza municípios a adotarem medidas mais brandas, para endurecer o combate à propagação do vírus.

Com 91% dos leitos ocupados na rede pública e ultrapassando 100% nas unidades particulares, taxas recordes, o governo acionou o último nível do plano de contingência hospitalar, suspendendo cirurgias e determinando que as instituições usem todos os espaços para atender casos de Covid-19.

"O perfil mudou, há muitos pacientes jovens, com deterioração do estado muito rápida. O que assusta é também o grau de contaminação, porque há 15 dias a situação estava praticamente sob controle", disse Antonio Kalil, diretor-médico da Santa Casa de Porto Alegre.

Diante do cenário calamitoso, o Tribunal de Justiça determinou a suspensão das aulas presenciais da rede pública de ensino da capital.

Em Santa Catarina, onde a taxa de ocupação de leitos gira em torno de 90%, com registros de filas por UTI em várias cidades, o secretário da Saúde também já usa a palavra colapso para resumir o cenário.

"A situação da pandemia deteriorou no estado todo e, a exemplo do que acontece nas regiões mais a oeste, estamos entrando em colapso. Todos os esforços de estado e municípios, até então, são insuficientes em face à brutalidade da doença", escreveu André Motta em mensagem a prefeitos.

A partir desta quinta, novas regras entrarão em vigor por 15 dias: o horário de funcionamento e a lotação de parques, museus e igrejas foram limitados, casas noturnas foram fechadas e ônibus devem circular com 50% da capacidade. Aulas presenciais na rede pública foram mantidas.

As medidas são ainda mais rigorosas na região oeste, pior cenário no estado. "O sistema de saúde já está colapsado em todo o estado e está colapsando em todo o Brasil", disse o prefeito de Chapecó, João Rodrigues (PSD).

Na segunda (22), o secretário da Saúde do Paraná, Beto Preto, afirmou que o estado está em "colapso iminente" do sistema diante da rápida alta de internações. Na quarta, 600 pacientes com suspeita ou confirmados com a doença aguardavam vagas em hospitais, 185 para UTIs. Apenas uma das quatro macrorregiões do Paraná está com menos de 90% das UTIs ocupadas.

A Bahia também enfrenta filas de pacientes por uma vaga em UTI, o que fez o governo estadual e a Prefeitura de Salvador anunciarem a restrição total de atividades não essenciais e a suspensão de cirurgias eletivas. As cirurgias não emergenciais serão suspensas por dez dias. Já a restrição das atividades não essenciais valerá das 17h desta sexta (26) até as 5h de segunda (1°).

"Faço meu apelo que baianos e baianas compreendam a importância das medidas e respeitem o decreto estadual", escreveu o governador Rui Costa (PT) em redes sociais.

À Folha Rui Costa disse que prevê que "a saúde vai colapsar e o Brasil mergulhará no caos em duas semanas".

"Já estamos vendo o problema se agravar no país todo. No Rio Grande do Sul, na Bahia, no Ceará. Nunca tivemos uma situação igual", afirma.

Ele afirma que já tinha mil leitos de UTI exclusivos para Covid-19. Há dez dias, abriu mais 200. "E eles lotaram de uma hora para a outra, da noite para o dia", afirma. A situação é tão dramática que há hoje 195 pacientes na fila da UTI, necessitando de tratamento intensivo sem ter como recebê-lo.

Dos 14 hospitais em Salvador que atendem o SUS, 6 apresentam taxa de ocupação de UTI de 90% ou mais. "Nunca vivi uma cena dessas. É muito triste. Estamos perto do colapso", disse o secretário da Saúde de Salvador, Leonardo Prates. O ginásio de Itapuã, na capital, será transformado em hospital de campanha.

O cenário também é muito crítico em cidades do interior paulista, como Araraquara, que teve ocupação de 100% dos leitos de UTI e de enfermaria a se mana inteira. Sete pessoas morreram nesta quarta, recorde. Já são 192 mortes, 100 em 2021.

A alta ocupação de leitos, a suspeita de circulação da

nova variante e o fato de mais jovens estarem sendo contaminados fez com que Campinas anunciasse o adiamento da volta às aulas presenciais na rede municipal da próxima segunda (1°) para 5 de abril. A ocupação de leitos de UTI sob gestão municipal está em 97%.

Com 72% dos leitos municipais de UTIs para tratamento de Covid-19 ocupados, a Prefeitura de São Paulo tem tentado antecipar a vacinação de idosos. No sábado (27), os paulistanos com 80 a 84 anos já começam a ser vacinados, dois dias antes do previsto pelo estado (leia na pág. B4).

Levantamento da Secretaria Municipal da Saúde aponta que 45,9% dos idosos com mais de 75 anos internados para tratar a doença acabam morrendo. Os dados ainda apontam uma tendência de alta nos casos de internações por síndrome gripal.

No Centro-Oeste, o aumento da procura por atendimento para Covid-19 e a busca por leitos de UTI em Brasília fizeram com que os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), trocassem farpas nesta semana.

O atrito começou após cidades do Entorno Sul entrarem na área vermelha de contágio, desde o dia 17 de fevereiro. Isso significa que estão em situação de calamidade. A recomendação do governo de Goiás seria o "lockdown".

Diante desse cenário, os prefeitos de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás chegaram a propor uma solução conjunta, na qual o Entorno e o Distrito Federal adotariam "lockdown". A população das cidades vizinhas transita pelo DF, e a movimentação se intensificou por causa do estado de calamidade.

Ibaneis disse que "os atendimentos estavam ficando nas suas costas". O governador descartou "lockdown", ameaçou fechar as divisas no início da semana e cobrou providências de Caiado. Segundo Ibaneis, 25% dos pacientes internados no DF eram do estado vizinho.

"Diante de um momento tão delicado vivido por todos nós, onde a maioria dos governadores se une para ajudar os que mais necessitam, causa repúdio e nojo ler uma declaração estapafúrdia do governador do DF, Ibaneis Rocha, de que vai fechar as fronteiras [divisas] do DF com Goiás", escreveu Caiado, em redes sociais, na terça-feira (23).

Um dia depois, Ibaneis retrucou. Segundo ele, Caiado

deveria, em vez de responder, assumir a responsabilidade e encontrar uma solução. No entanto, afirmou que não deixaria de atender ninguém.

A Folha procurou o governo de Goiás para se manifestar, mas não recebeu resposta até a conclusão desta edição.

Nesta quinta, com um discurso mais ameno, Ibaneis disse que será feito acordo para que pacientes do Entorno continuem sendo atendidos, mas a verba que seria destinada para os municípios será encaminhada ao DF. A proposta será criada em conjunto pelas autoridades e, para entrar em vigor, precisa ser aprovada na Câmara do Distrito Federal e na Assembleia de Goiás. A previsão é que o repasse comece em março.

À noite, Ibaneis decidiu restringir o funcionamento do comércio não essencial no DF por 15 dias, a partir de segunda (1º). Segundo fontes do governo do Distrito Federal, o comércio deverá estar fechado de a 0h às 5h, exceto os serviços essenciais. Além disso, deve ser adiado o retorno às aulas, e os funcionários públicos irão voltar ao home office.

A taxa de ocupação dos leitos de UTI chegou a 92% na última segunda-feira (22). Phil lippe Watanabe, Katna Baran, Marcelo Toledo, João Valadares, Aline Mazzo, Raquel Lopes e Mônica Bergamo

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

49

Cursos para servidores - EVIDÊNCIA

LUIS CARLOS

A Faculdade Estácio está oferecendo aos **servidores públicos** de todo o país, até o 28 próximo, 55% de bolsa. As inscrições são gratuitas e o benefício, que é válido durante todo o curso, é destinado aos estudantes de pós-graduação Lato Sensu e de Graduação, nas modalidades de ensino Presencial, Semipresencial, Flex e Digital. Para conhecer os cursos disponíveis na região, o servidor poderá entrar em contato com a equipe da Estácio por meio dos telefones 4003-6767 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 880 6767 (Demais regiões); acessar o formulário da campanha pelo link: <https://forms.gle/B2pYpCKoFKsKijmu9>.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20210226>

Sem consenso, votação da PEC Emergencial é adiada para terça-feira - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

Sem consenso e em meio a pressões de vários partidos, a Proposta de Emenda à Constituição 186/2019, a chamada PEC Emergencial, continua na pauta da sessão plenária desta tarde no Senado, mas apenas para que a discussão da matéria comece.

"O texto vai ser lido para que na terça ele possa ser votado", informou o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

A PEC Emergencial cria mecanismos de ajuste fiscal para União, estados e municípios.

O nó do debate está no trecho da proposta que acaba com os mínimos constitucionais para gastos com saúde e educação. A solução apresentada na última segunda-feira (22) pelo relator, com aval da equipe econômica para garantir recursos voltados ao auxílio, gerou reação entre parlamentares e organizações da sociedade civil.

Se essa desvinculação de receitas for aprovada, como sugeriu Bittar, o Congresso Nacional terá que definir os repasses mínimos para saúde e educação a cada ano.

Na manhã de ontem, em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), líderes partidários pressionaram para que o tema não seja votado ontem.

Bittar não participou diretamente do encontro político 3 tro e deu sinais de que não pretende recuar na ideia da desvinculação.

Segundo o senador, nesse debate "há uma ditadura do pensamento único", imposto por corporações "que dominam as universidades e as escolas no país. São elas que determinam a educação no Brasil.

Não é o prefeito, não é o governador, não é o presidente da República. Elas fazem uma contracampanha a essa proposta, muitas vezes mentindo descaradamente, por exemplo, que vão tirar dinheiro da educação. A proposta não tira um centavo do orçamento de ninguém. O que nós queremos fazer é restabelecer o estado democrático", sustentou.

O impasse deve atrasar a retomada do pagamento do auxílio emergencial. Desta vez, a ideia é que até R\$ 250 fossem pagos de março a julho, mas a medida depende da aprovação da PEC.

"O Brasil vai dar um sinal de que não abandona esses brasileiros que precisam do Estado para se alimentar, mas isso tinha que ser feito no mesmo movimento, também aumentando o rigor fiscal, e é isso que estamos conseguindo", afirmou Márcio Bittar.

Emendas A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional aprovou nesta quinta-feira (25) uma instrução normativa que determina que as 26 bancadas estaduais e a do Distrito Federal poderão oferecer emendas parlamentares impositivas à proposta orçamentária para 2021 no valor total de R\$ 241.460.468.

Regra Pela regra constitucional, as emendas de bancadas correspondem a 1% da Receita Corrente Líquida (RCL - que é a soma das receitas arrecadadas, deduzidas das transferências constitucionais) apurada no ano anterior àquele da vigência da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Essa regra foi criada por meio do Orçamento Impositivo, uma emenda à Constituição, promulgada em 2019.

Liberação O governo federal fica obrigado a liberar a verba de emendas parlamentares de bancada para ações previstas no Orçamento. As chamadas emendas de bancada são as apresentadas por deputados e senadores de cada estado para ações específicas naquela unidade da Federação.

O valor para este ano foi atualizado em razão da receita líquida em 2020 e ficou pouco abaixo do sugerido inicialmente pelo Executivo, em agosto do ano passado.

Na ocasião a ideia era de que cada bancada estadual tivesse direito a emendas no valor total de R\$ 247.193.166 ao Orçamento de 2021, conforme a RCL estimada na época.

Audiências Em reunião na manhã de ontem a CMO também aprovou requerimentos para audiências públicas com os ministros Paulo Guedes (Economia),

Eduardo Pazuello (Saúde) e Milton Ribeiro (Educação). A ideia é que apresentem os gastos realizados em 2020 e as previsões para 2021.

Prefeitura O prefeito Edvaldo Nogueira anunciou, na manhã desta quinta-feira, o pagamento dos servidores ativos e inativos, referente ao mês de fevereiro. Através das suas redes sociais, o gestor informou que todo o funcionamento municipal - trabalhadores da administração direta e indireta, cargos comissionados, além de aposentados e pensionistas - terá o salário creditado em conta nesta sexta-feira, 26, pela manhã. Com o pagamento, a Prefeitura injetará cerca de R\$ 82 milhões na economia local.

Em dia Desde janeiro de 2017, a administração conduzida pelo prefeito Edvaldo Nogueira tem cumprido com o compromisso de pagar os salários dos servidores da Prefeitura em dia. No mandato anterior, encerrado no dia 31 de dezembro de 2020, foram 54 folhas salariais integralmente pagas, sendo 48 referentes aos meses correntes, quatro que corresponderam ao décimo terceiro e duas herdadas da gestão anterior. No atual mandato, este é o segundo mês consecutivo de pagamento dos salários dos servidores.

Estado Com a retomada do pagamento dos salários dos funcionários públicos dentro do mês, após sete anos, a remuneração referente ao mês de fevereiro será creditada nessa sexta-feira, 26, para todos os 70.702 servidores estaduais ativos, inativos e comissionados, totalizando um montante de R\$ 394.472.814,15, que será disponibilizado após às 14 horas. A medida foi anunciada pelo governador Belivaldo Chagas no início do mês e já passa a valer a partir da folha de fevereiro. O chefe do Executivo estadual ressaltou que a ação é resultado de um esforço do governo do Estado para equilibrar as contas públicas.

Plataforma A contratação de uma Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência (FPSO) para operacionalização do projeto Sergipe Águas Profundas deve ocorrer ainda em 2021, segundo informação divulgada pela Petrobras nesta quinta-feira (25). O anúncio foi feito durante evento online realizado pela estatal para apresentação de projetos e balanço de atividades a acionistas, autoridades e técnicos.

13 novos FPSOs Na abertura dos trabalhos, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, apresentou um apanhado sobre as intenções da empresa para o período 2021- 2025. "Temos riquezas e recursos vastos para explorar e estamos trabalhando em inovações tecnológicas, algumas em estágio avançado, para ter a possibilidade de acessar campos

que possuem alta concentração e reduzir significativamente os custos de perfuração e completação.

Estamos atuando em todas as áreas, e o plano estratégico para os próximos anos prevê a entrada em operação de 13 novos FPSOs", destacou.

Compromisso O diretor executivo de Desenvolvimento da Produção da Petrobras, Rudimar Andreis Lorenzatto, frisou o compromisso já estabelecido pela empresa em relação aos projetos em território sergipano. "Tivemos recentemente a aprovação do projeto conceitual do módulo 1 do Sergipe Águas profundas, e devemos iniciar a contratação deste novo FPSO ainda este ano", ressaltou o diretor.

Vai aguardar O governador Belivaldo Chagas disse ontem que Sergipe ainda está com um percentual de segurança em relação à ocupação de leitos, mas o monitoramento está sendo rígido para evitar agravos.

"Neste ano, tivemos uma diminuição de ocupação de leitos e chegamos a 317 leitos ocupados, mas voltamos para 386. Se, daqui a oito dias, tivermos um crescimento desses números, indiscutivelmente, estaremos decretando o toque de recolher, mas essa decisão só será anunciada na próxima quinta- feira", destacou.

Barreiras sanitárias O governador disse ainda que, durante a reunião, foi definido que o Estado recomendará que os municípios sergipanos que fazem divisa com a Bahia instalem barreiras sanitárias, para conter a disseminação da Covid-19, em razão do aumento no número de casos no estado vizinho.

"Nós não vamos fechar barreiras. Não há razão para fechar barreiras e impedir o direito de ir e vir. Agora, é prudente que os municípios coloquem barreiras sanitárias para abordar as pessoas que estejam transitando da Bahia para cá. A cepa que apareceu na Bahia, também apareceu aqui e a gente tem que ter essa preocupação", explicou.

Bahia O governador da Bahia, Rui Costa (PT), e o prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), anunciaram, nesta quinta-feira (25), que o estado terá restrição total das atividades não essenciais a partir de 17h sexta-feira (26) até as 5h de segunda-feira (1º), para conter o avanço da Covid-19.

De acordo com o chefe do Executivo estadual, bares e restaurantes não terão funcionamento presencial em nenhum horário a partir do período de restrição, horário em que a venda de bebidas alcoólicas está proibida, inclusive em supermercados.

Os shoppings ficarão fechados no final de semana.

Situação Em vídeo publicado no Twitter, o governador afirmou que o estado está em uma "situação dramática" e não descartou a adoção de medidas mais restritivas. De acordo com o site disponibilizado pelo governo federal para atualizações dos números da pandemia, a Bahia tem 664 mil casos da Covid-19 e 11,3 mil mortes provocadas pelo coronavírus.

Vinculação Para o presidente estadual do PSB e ex-deputado federal, Valadares Filho, é necessário manter vigilância em relação à PEC para garantir a vinculação de recursos, pois o fim das contribuições obrigatórias colocará a saúde e educação em risco.

"Com a desvinculação, a população irá sofrer com a precarização de serviços essenciais.

Será algo desastroso do ponto de vista das políticas públicas". De acordo com ele, é evidente que a liberação de um novo auxílio emergencial precisa ocorrer o mais rápido possível, mas áreas como saúde e educação não podem ser ainda mais prejudicadas para assegurar esse benefício.

Sem dinheiro Valadares Filho acha que se a proposição for aprovada da forma que está, "teremos um grande número de prefeituras sem recursos para honrar com o pagamento de professores e para realizar qualquer tipo de investimento em infraestrutura".

Outro aspecto que deve ser observado é o fato de que o Brasil ainda vive um cenário de Emergência em Saúde Pública. "Propor o fim das contribuições nesse momento é gerar uma carga de responsabilidade imensa perante a garantia de execução e financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Não podemos fragilizar mais a saúde e aprovar mudanças que possam até mesmo afetar o trabalho dos municípios no combate à Covid-19", afirma Valadares.

Entrega O governo de Sergipe publicou, nesta quinta-feira (25), no Diário Oficial do Estado, um aviso de concorrência pública com objetivo de abrir concessão onerosa de uso para gestão e ampliação, modernização, manutenção e promoção do Centro de Convenções de Sergipe (CIC), localizado em Aracaju. O procedimento licitatório, conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD), foi iniciado dia 25 de fevereiro e vai até 9h do dia 30 de março de 2021, quando serão abertas as propostas.

Auxílio é necessário; corte de salários não (2)

Antonio Tuccilio

Não é segredo para ninguém que desde o início da pandemia a situação econômica de centenas de milhares de famílias, foi dramaticamente afetada. Nesse cenário, o auxílio emergencial de R\$ 600,00 pago em 2020 representou um alívio, um respiro para essas pessoas.

Ao que parece o governo federal se aproxima da aprovação de um novo auxílio emergencial por "mais alguns meses". É uma boa notícia, considerando a situação das mesmas.

O problema é a maneira como o ministro da economia, Paulo Guedes, pretende tratar o tema. Se de um lado fala em prover uma fonte de renda para os mais necessitados, de outro quer repassar a conta para os **servidores públicos**.

O ministro da Economia estuda incluir na lei cláusula de redução da jornada de trabalho (e consequentemente de salário) dos **servidores públicos** para 'cobrir' o orçamento do novo auxílio emergencial. Ao que parece, certamente o ministro não se deu ao trabalho de buscar fontes mais factíveis de recursos para arcar com os custos do novo auxílio emergencial. Pois vamos ajudá-lo a saber de onde tirar receita sem prejudicar o país.

Primeira fonte: cortar os penduricalhos dos poderes Legislativo e Judiciário. Segunda fonte: redução de emendas parlamentares (pelo menos durante a pandemia) e acabar com o fundo público partidário, que só em 2019 consumiu R\$ 1 bilhão. Importante: uma expressiva parcela desses recursos foi destinada pelos partidos para pagamento de salários a parentes, amigos e até políticos sem mandato.

O auxílio emergencial é necessário. Isso não se discute. Mas, ao que parece, é muito fácil jogar essa conta exclusivamente para o servidor público. Senhor Paulo Guedes, os servidores também têm famílias, pagam contas e precisam sobreviver.

Antonio Tuccilio PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS **SERVIDORES PÚBLICOS** (CNSP)

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/edicao-

31464ff0fff266f54df9ca7803498585.pdf

PEC da Imunidade tem 200 assinaturas

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) a admissibilidade de Proposta de Emenda à Constituição 3/2021, que amplia os conceitos de imunidade parlamentar. A PEC tem autoria de quase 200 deputados de diferentes legendas e passa a tramitar após as ofensivas da Justiça contra os deputados Flordelis (PSD- RJ), afastada da função acusada de matar o marido e Daniel Silveira (PSL-RJ), preso por ofensas ao Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Cezar Britto, a PEC é importante mas traz um "defeito grave" que é a "urgência desnecessária com ares vingativos". A matéria não passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e somente ontem foi designada a relatoria da deputada Margarete Coelho (PP-PI).

"Independentemente do seu mérito ela é editada e confessada como uma revanche e isso não é bom para o equilíbrio democrático. O sentido dela, que é preservar a interdependência dos Poderes e a harmonia, pela pressa, desarmoniza", diz.

O deputado Fabio Trad (PSD-MS), que também é advogado, segue a mesma linha do ex-presidente da Ordem.

"Não se muda a Constituição como se troca de roupa, você pode observar que há projetos de resolução que são proposições de menor diversidade legislativa que tramitam há quatro meses, e uma PEC, que é a maior das alterações legislativas, está sendo votada em três dias sem ser submetida às comissões: CCJ e especial. Por isso ela vem com defeitos, lacunas, aparência de jabutis", observa.

Para o delegado e professor da Escola da Magistratura do Paraná Henrique Hoffmann, a maioria das medidas acabam sendo "apenas escolhas políticas legítimas", ainda que haja pontos que precisam ser melhor analisados no texto. "Algumas das alterações na Constituição estão inovando de uma forma um pouco perigosa", avalia.

A PEC traz nova redação para o artigo 53 da Constituição, que determina que deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, e que serão submetidos a julgamento perante o Supremo.

Um dos pontos mais criticados por Fabio Trad e outros parlamentares contrários ao texto é a possibilidade da

retroatividade de alguns dispositivos que beneficiariam deputados que hoje estão afastados do mandato ou presos.

O texto diz "que não mais poderá ser processado criminalmente, ou seja, preso, o deputado por suas palavras, opiniões e votos. O deputado Daniel Silveira foi. Se houver essa modificação, ela vai retroagir e evidente que haverá extinção imediata da ação penal no Supremo. Ele vai tentar um habeas corpus com a consequente revogação da prisão, e eu me pergunto isso é ético? Tem correspondência com os anseios populares? Será bom para a casa? Não poderá ser visto como uma armadilha que foi preparada pelos deputados?

Uma emboscada jurídica?", questiona Trad.

Outra questão levantada pelo deputado e que deve ser modificada por meio de emenda apresentada pelo partido Novo, é que os crimes previstos na PEC suscetíveis de prisão em flagrante não preveem os crimes contra administração pública.

"Significa dizer que se um deputado for flagrado com uma mala com um milhão de dólares fruto de corrupção, derivado de uma ação controlada da polícia que o investigou, vão recolher a mala, ele vai assinar um papel e tchau. Isso é inconcebível".

Mais um ponto de discussão é sobre a custódia do parlamentar eventualmente preso, que pelo texto, não ficaria mais sob os cuidados da polícia, mas sim da CCJ.

"Vai ter uma cela na Câmara?"

Vai ser no térreo, no estacionamento, onde é?", diz Trad.

Além disso, o texto prevê ainda alteração no rito sobre buscas e apreensões feitas nas residências e gabinete dos parlamentares. Se aprovada a PEC, essas diligências só serão convalidadas se o plenário do Supremo posteriormente ressaudar, caso contrário, toda a medida será em vão. "Até a convalidação do STF, todos os bens apreendidos ficarão acautelados na Câmara, ou seja, ninguém poderá usar os bens até o Supremo dizer que a medida foi legal".

De acordo com Henrique Hoffmann a competência absoluta do STF para decidir sobre busca e apreensão "acaba indo contra o entendimento sobre o foro

privilegiado.

Só tem que atuar o STF quando for crime no exercício da função ou em razão dela, não o STF ficar tomando decisão em toda e qualquer decisão sobre parlamentar", diz.

De acordo com Cezar Britto, a PEC "traz jabuticabas em um texto que não tem relação com a prisão". Para o advogado, a iniciativa relativiza outra matéria que foi objeto de iniciativa popular, a Lei da Ficha Limpa.

Nesta quarta-feira (24) o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), composto por entidades e organizações da sociedade civil condenou a PEC. "O texto prevê que só haverá inelegibilidade com a observância do duplo grau de jurisdição, o que é um ataque direto a um dos mecanismos mais eficientes da Lei; a condenação em grau colegiado". O MCCE diz ainda que a Lei da Ficha Limpa "vêm sofrendo por parte de parlamentares e partidos políticos, cujo o objetivo é o abrandamento da Lei para benefício próprio".

Na visão do advogado João Pedro Mello, o projeto não tem como objetivo blindar os parlamentares. "Neste momento da história política e jurídica do país, eles vêm assegurar uma estabilidade institucional", defende.

Nesta quinta-feira (25), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o projeto não busca o corporativismo parlamentar, mas "garantir proteção a voz e voto". "Essa inviolabilidade tem que ser mantida. O Congresso Nacional vota matérias aqui contra organizações criminosas, contra grupos com interesses econômicos muito fortes e o parlamentar precisa sim ter a imunidade preservada", afirmou.

De acordo com fontes ouvidas pelo **Congresso em Foco**, apesar de ter sido aprovada a admissibilidade ontem, o mérito só deve ser aprovado caso a relatora acate as emendas sugeridas pelos partidos.

Mais de 260 mil pessoas baixaram o IRPF

Por Clariza Santos

Segundo a **Receita Federal**, 264.590 downloads foram feitos até às 19h do primeiro dia da disponibilidade do programa do Imposto. Para baixar basta acessar o site www.gov.br/receitafederal/, clicar no Banner "Imposto de Renda 2021", selecionar "baixar o programa" e escolher a versão compatível com o sistema operacional do seu computador: Windows, Linux e MacOS. Uma novidade deste ano é que não é necessário baixar a máquina virtual Java para conseguir utilizar o programa do IRPF no notebook ou desktop. A nova versão já vem com a ferramenta embutida.

Os contribuintes ainda têm a opção de fazer a declaração pelo aplicativo ou on-line, pelo "Meu Imposto de Renda" no e-CAC. Não é preciso começar e terminar o preenchimento das informações na mesma plataforma. O declarante pode, por exemplo, começar a preencher pelo app de celular em um dia e, depois, continuar pelo computador, através do site da Receita, ou pelo programa.

O prazo para envio do Ajuste Anual é de 01 de março até 31 de abril. Quanto antes fizer o acerto de contas com o Leão, mais rápido é o recebimento da restituição, se esse for o caso. Confira as datas previstas para pagamento da restituição: 1º (primeiro) lote em 31 de maio; 2º (segundo) lote, em 30 de junho; 3º (terceiro).

ARRECADAÇÃO

A **Receita Federal** informou nessa quinta-feira (25) que arrecadação de **impostos** e contribuições federais em janeiro somou R\$ 180,221 bilhões, um recuo real de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020, já descontada a **inflação**. Em janeiro do ano passado, a arrecadação foi de R\$ 174,991 bilhões. De acordo com a Receita, o resultado foi influenciado por pagamentos atípicos e compensações tributárias, feitas por empresas que pagaram **tributos** a mais no passado, que somaram R\$ 23,097 bilhões em janeiro. Sem esses pagamentos, o Fisco disse que haveria um aumento real de 3,72% da arrecadação no mês de janeiro de 2021.

Esse desempenho seria explicado pelo comportamento da economia e pelo crescimento da arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), especialmente, das empresas que

fecharam seus balanços no mês de dezembro de 2020. Juntos, os dois **tributos** somaram uma arrecadação de R\$ 57.591 milhões, com crescimento real de 5,78%. O Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) apresentou uma arrecadação de R\$ 3,5 bilhões, representando crescimento real de 63,75%. Segundo a **Receita Federal**, o Imposto sobre a Importação e o IPI Vinculado arrecadaram, em conjunto, R\$ 7,34 bilhões, representando crescimento real de 20,26%.

"Esse resultado é explicado pela conjugação dos seguintes fatores: elevação de 29,08% na taxa média de câmbio, de 11,71% na alíquota média efetiva do Imposto Importação e de 27,99% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, combinada com a redução de 16,76% no valor em dólar (volume) das importações", disse a receita.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=3415>

Bolsonaro: novo auxílio deve voltar em março

Por Clariza Santos

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nessa quinta-feira (25), durante sua live semanal nas redes sociais, que o valor do novo auxílio emergencial a ser proposto pelo governo será de R\$ 250. O benefício, segundo ele, deve começar a ser pago ainda em março, por um período total de quatro meses. "A princípio, o que deve ser feito? A partir de março, por quatro meses, R\$ 250 de auxílio emergencial. Então é isso que está sendo disponibilizado, está sendo conversado ainda, em especial, com os presidentes da Câmara [Arthur Lira (PP-AL)] e do Senado [Rodrigo Pacheco (DEM-MG)].

Porque a gente tem que ter certeza de que o que nós acertarmos, vai ser em conjunto". A expectativa, segundo o presidente, é que os quatro meses complementares de auxílio possam fazer a "economia pegar de vez". "Nossa capacidade de endividamento está, acredito, no limite. Mais quatro meses pra ver se a economia pega de vez, pega pra valer", afirmou. O novo auxílio emergencial deve substituir o auxílio pago ao longo do ano passado, como forma de conter os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a população mais pobre e os trabalhadores informais. Inicialmente, o auxílio emergencial, em 2020, contou com parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1,2 mil (no caso de mães chefes de família), por mês, para cada beneficiário. Projetado para durar três meses, o benefício foi estendido para um total de cinco parcelas.

Em setembro do ano passado, foi liberado o Auxílio Emergencial Extensão, de R\$ 300 (R\$ 600 para as mães chefes de família), com o pagamento de quatro parcelas mensais. O último pagamento do benefício ocorreu no final de janeiro. Cerca de 67 milhões de pessoas foram contempladas com o programa.

A renovação do benefício ainda precisa ser proposta pelo governo ao Congresso Nacional e, em seguida, aprovada pelos parlamentares. Bares e restaurantes Durante a live, Bolsonaro também anunciou que o governo deve lançar em breve um programa de adiamento, refinanciamento e parcelamento de **impostos** e contribuições tributárias (Refis) para o setor de bares e restaurantes. "Está na iminência de publicar o Refis do pessoal aí dos bares e restaurantes, que estão numa situação bastante complicada", afirmou o presidente. Com mais de 1 milhão de estabelecimentos em todo o país, que

empregam cerca de 6 milhões de pessoas, o setor de bares e restaurantes diz que houve queda de 70% nas vendas ao longo do ano passado.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=3415>

Gasto militar global equivale a 1 ano de Bolsa Família por dia

Igor Gielow

Apesar da pandemia do novo coronavírus, que provocou uma retração do Produto Interno Bruto global de 4,4% em 2020, os gastos militares do mundo seguiram em alta no ano passado.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (USS, na sigla inglesa), de Londres, a cada dia de 2020 o planeta despendeu quase o equivalente ao orçamento naquele ano do Bolsa Família.

Para ficar numa comparação pandêmica, em dez dias o mundo gastou o equivalente ao auxílio emergencial do governo federal Foram US\$ 1,83 trilhão (R\$ 9,9 trilhões) gastos ao longo do ano passado em defesa, ou R\$ 27 bilhões ao dia na cotação desta quinta.

O Bolsa Família distribuiu R\$ 29,5 bilhões no ano de 2020.

O aumento real em relação a 2019 foi de 3,9%, semelhante aos 4% registrados no ano anterior sobre 2018. É uma tendência que acompanhou os anos de Donald Trump no poder, de 2017 até janeiro.

Em 2020, aponta a publicação do USS "Balanço Militar", a bíblia do assunto no mundo, a rivalidade entre Washington e Pequim puxou o dispêndio com armamentos no planeta. Sob o democrata Joe Biden, nada indica que haverá mudança nessa rota até aqui.

O livro é editado anualmente desde 1959 e cobre as capacidades de defesa e a economia do setor em 171 países.

A pandemia, disse em entrevista coletiva virtual o diretor do USS, John Chipman, pode ter o condão de "ensinar lições sobre cooperação" para Forças Armadas, mas a competição seguiu acirrada.

Com efeito, Estados Unidos e China responderam por dois terços dos novos gastos com defesa no ano passado.

Os Estados Unidos são a potência militar dominante no mundo pós-Guerra Fria. Seu orçamento de US\$ 738 bilhões (cerca de R\$ 4 trilhões hoje) no setor responde por 40,3% do gasto total do planeta e é

equivalente ao dos 14 próximos países no ranking do USS.

Já o resto do mundo responde por aproximadamente US\$ 340 bilhões do bolo total. O aumento nominal de despesas militares de 2019 para 2020 foi de US\$ 77,2 bilhões (R\$ 417 bilhões), e os americanos responderam por 52% dele.

Isso reflete a reorientação sob Trump dos Estados Unidos para a chamada competição entre grandes nações, um conceito que mira a China, rival estratégica e potência ascendente, a ainda poderosa militarmente Rússia e, de quebra, pedras no sapato como Irã e Coreia do Norte.

Os números do USS dizem respeito ao gasto efetivo dos países. Os americanos elevaram a participação da defesa no seu **PIB** (Produto Interno Bruto) de 3,19% em 2019 para 3,55% no ano passado.

Os chineses viram crescer seu gasto com defesa 5,2% em 2020, ante 5,9% no período anterior. Em termos nominais, isso equivale a 11,9% do aumento global em 2020.

Proporcionalmente a seu **PIB**, e fatia menor do que a americana: 1,28%, igual a 2019.

O regime de Pequim tem o segundo maior orçamento militar do planeta, de US\$ 193,3 bilhões (R\$ 1,04 trilhão).

Enorme, mas quase quatro vezes menor do que o de Washington, colocando em perspectiva o fosso que separa os dois países, que passaram 20-10 se provocando em locais como mar do Sul da China.

O IISS detalha arsenais e deu especial atenção ao crescimento da Marinha chinesa, alvo de declarações alarmistas por parte do Pentágono.

"Em tonelagem deslocada, os EUA têm o dobro do tamanho da China. Mas houve avanços grandes, em poucos anos Pequim saiu do nada para 55 corvetas de patrulhamento de águas territoriais", disse o analista naval Nick Childs no evento de lançamento do "Balanço Militar 2021".

A sempre escrutinada Rússia de Vladimir Putin viu

uma retomada nos seus gastos durante a pandemia também, com um aumento de 3,8% no dispêndio -com foco na modernização de suas três Forças e no desenvolvimento de novas armas nucleares.

Em relação ao **PIB**, a Rússia gasta 4,14% dele com defesa, mas sua economia é infinitamente menor do que a americana ou a chinesa, as duas maiores potências do mundo.

Nominalmente, Moscou caiu da quarta para a quinta posição no ranking do USS, com US\$ 60,6 bilhões (R\$ 327 bilhões) de despesa bélica. Foi ultrapassada pela Índia, que ficou em terceiro lugar com US\$ 64,1 bilhões (R\$ 346 bilhões), e pelo Reino Unido (US\$ 61,5 bilhões, ou R\$ 332 bilhões), mas todos se mantêm em um patamar semelhante.

Já a terceira colocada no ranking do ano passado, a Arábia Saudita, despencou para o nono lugar -de US\$ 78,4 bilhões (R\$ 423 bilhões) para US\$ 48,5 bilhões (R\$ 262 bilhões).

Os países da Otan, a aliança militar liderada por Washington, seguiram a tendência de aumento de gastos provocada pelas ameaças de desengajamento feitas por Donald Trump ao longo de seu mandato. Em 2020, 7 de seus 29 membros atingiram mais do que os 2% do **PIB** com defesa, a meta para 2024 do clube.

Em 2014, quando a Rússia anexou a península da Crimeia e assustou o Ocidente, a média era de 1,25% do **PIB** no bloco. Agora, já é de 1,64%.

O Azerbaijão, que derrotou a Armênia numa disputa para retomar áreas ocupadas nos anos 1990 pelo vizinho no único dos 33 conflitos listados pelo USS que teve uma evolução dramática em 2020, viu seu dispêndio crescer 3,8% para 5,4% do **PIB** -já os perdedores mantiveram o alto gasto proporcional de 4,8%.

Como sempre na série histórica do "Balanço Militar", países de regiões conflituosas lideram com folga o ranking quando a régua é a proporção bélica ante o **PIB**.

O sultanato de Omã, no Oriente Médio, surge à frente com 12% de gastos com defesa, seguido pelo Afeganistão, com 10,6%, e o Líbano, com 10,5%.

O Brasil também teve uma leve queda na tabela, ainda que nominalmente em reais tenha tido um aumento no seu gasto militar. O país passou da 11ª para a 13ª posição, gastando com defesa US\$ 22,1 bilhões (R\$ 119 bilhões), algo acima de 1,5% do seu **PIB**.

Aqui, a desvalorização do dólar pesou na conta,

embora a posição em si seja ilusória: a despeito de avanços pontuais, como no caso dos programas de caça Gripen e do cargueiro KC-390, cerca de 80% do gasto militar brasileiro é com pessoal, incluindo aposentadorias e pensões.

Ainda assim, na avaliação do USS, "o Brasil é a mais capaz potência da sua região" seguido pela Colômbia.

Os gastos militares brasileiros respondem por 42% do total da América Latina e Caribe, apesar das distorções conhecidas -são apenas cerca de 10% em investimentos.

Enquanto o gasto de defesa brasileiro por habitante foi de R\$ 561 em 2020, nas contas do IISS, os colombianos empregaram R\$ 990. Cabe ressaltar que o país vizinho ainda tem focos de uma guerra civil que durou quase seis décadas.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Desemprego é o maior medo

Um ano após o registro do primeiro caso de coronavírus no país, o medo viceja entre os brasileiros. A maioria da população acredita que mais dias tenebrosos vêm por aí.

Em março de 2020, na infância da crise sanitária, 54% concordavam em usar o termo "devastador" para definir o estrago que a co-vicl-19 provocaria na economia do país. Hoje, são 72%. Nesse período pandêmico, a renda de oito em cada dez pessoas sofreu avarias. Algo que as levou a alterar hábitos de consumo.

Para 11%, até a compra de itens básicos precisou ser cortada. Boa parte dessa turma convive ainda com o temor do desemprego em 2021. E, como agravante, 66% não confiam na capacidade do presidente Jair Bolsonaro em gerenciar o atual imbróglio imposto pelo coronavírus, de acordo com a mais recente pesquisa do Instituto Travessia, de São Paulo, feita com exclusividade para o Valor.

O levantamento, que abordou um leque amplo de temas, ocorreu entre os dias 16 e 17 de fevereiro, a partir de 1.003 entrevistas por telefone em âmbito nacional.

A enquete mostra que o "bloco antivaci-na" não vai além de um pequeno reduto, com 13% dizendo que "não gostaria de ser vacinado". Outros 83% responderam que sim, querem receber o imunizante.

Além disso, um grupo bastante significativo de 79% do total afirmou que confia nas vacinas que estão sendo utilizadas por aqui. No caso, são a CoronaVac, fruto da parceria entre o Instituto Butantan, de São Paulo, com o laboratório chinês Sinovac, e a AZD 1229, resultado de um acordo entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Rio de Janeiro, e a dupla AstraZeneca-Universidade de Oxford (cujas primeiras doses do produto foram importadas da Índia, em meados de janeiro).

Renato Dorgan Filho, sócio e analista do Instituto Travessia, considera surpreendente o respaldo dado aos produtos. Mesmo porque ele acontece à revelia da enxurrada de "fake news" que se abateu sobre o tema. Passa por cima também da discussão sobre a efetividade desses medicamentos (entre pouco mais de 50% e 80% para a CoronaVac e a AZD 1229), inferior às versões desenvolvidas por companhias como a Pfizer e a Moderna (acima de 90%). "Isso mostra o quanto as pessoas estão dispostas a aceitar

a vacinação", diz Dorgan Filho. "Elas parecem perceber que não têm alternativa e se agarram àquilo que é possível, palpável." Por outro lado, aponta a enquete, os brasileiros mostraram-se ácidos em relação ao processo de vacinação em curso no país. Para 60% deles, falta capacidade de organização ao governo do presidente Jair Bolsonaro nesse campo. A situação melhora um pouco, embora não fique boa, quando a pergunta foca no Estado dos entrevistados. Nesse caso, 43% apontam que o esquema atual é satisfatório (ou seja, está sendo bem organizado em nível estadual). Ainda assim, 49% mantêm-se céticos em relação a esse ponto.

O tom das críticas sobe algumas oitavas quando o foco da pergunta é Bolsonaro. A sondagem mostra que cresceu ao longo deste ano pandêmico a desaprovação dos eleitores (todos os entrevistados têm 16 anos ou mais) em torno da forma como o presidente atua diante da crise sanitária. Em outro levantamento feito pelo Instituto Travessia para o Valor, em junho do ano passado, 50% eram contrários às ações do Planalto nesse campo. Agora, esse descontentamento atingiu 59%. A cota daqueles que "não souberam avaliar" desabou de 22% para 10%. Isso mostra, alertam os especialistas, uma queda no número de pessoas que não têm uma posição definida sobre o tema. Em uma pesquisa eleitoral, seria o equivalente a diminuir o total de indecisos.

Em outra questão da sondagem, 66% disseram que não confiam na capacidade do presidente Bolsonaro em gerenciar a crise do coronavírus (menos da metade, ou seja, 31%, disse o oposto). Em contrapartida, a atuação dos governadores é vista como positiva. A enquete aponta que 54% a aprovam e 40% desaprovam-na. Essa avaliação, no entanto, sofreu forte desgaste desde a primeira vez que o tema foi abordado. Em março do ano passado, o índice de satisfação dos eleitores com as iniciativas dos chefes dos executivos estaduais alcançara 70%.

Bruno Soller, sócio do Instituto Travessia e responsável técnico pela pesquisa, observa que esse tipo de opinião oscila de acordo com a área analisada. No Sul e no Sudeste, as avaliações são mais positivas - e similares. Respectivamente, elas ficam entre 55% e 57% de aprovação, ante 38% e 37% de reprovação. No Nordeste, as notas favoráveis batem em 52% e as negativas, em 44%. No Norte e no Centro-Oeste (agrupados em uma só região), elas despencam para 46% a favor e 45% contra, ficando empatadas. "Não há dúvida que o caos registrado em Manaus, no

Amazonas, com fatos como a falta de oxigênio para pacientes, contribuiu para baixar a nota dada pelos eleitores que vivem nesses locais", diz Soller. "Aliás, não poderia ser diferente." Outra questão do levantamento colocou o dedo em uma ferida diretamente aberta pelo noticiário. Trata-se da disputa política em torno do combate à pandemia, travada entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador paulista João Doria. Com base em uma lista pré-definida, os entrevistados escolheram quem "está agindo da melhor maneira" diante do desafio imposto pelo novo coronavírus. Doria ficou na dianteira, com 28% das respostas. Bolsonaro veio logo a seguir, com 27%. Na prática, ambos estão empatados, pois a margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais para cima ou para baixo.

Em terceiro lugar, com 23% das escolhas, ficou a opção "ninguém" (ou seja, "ninguém age da melhor maneira" no enfrentamento da pandemia). Com isso, e no limite, "ninguém" também está em empate técnico com Doria e Bolsonaro. Nesse sentido, "ninguém" é um dos líderes. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, recebeu 1% das indicações. Ficou atrás do Congresso Nacional, com 5%, e um pouquinho abaixo do genérico "outros", que contou 2% de apoiadores.

Sob o ponto de vista político, destaca Dorgan Filho, existem várias maneiras de esmiuçar tal resultado. A primeira delas, e a mais simples, indica que nem Doria nem Bolsonaro conseguem se descolar um do outro, apesar de toda a polêmica e a polarização em torno do assunto. O analista alerta que o apoio minguado dado a todas as outras possibilidades apresentadas na enquete mostra um descontentamento acentuado dos brasileiros com o cenário, mais evidente nos 23% de esteio à opção "ninguém". Mas essa é só a primeira camada dos números, a mais fácil de ser observada.

O cientista político Carlos Melo, professor da escola de negócios Insper, em São Paulo, faz outras ponderações. Para ele, a pesquisa, no geral, é bastante desfavorável ao presidente da República. Nesse item, não é diferente. Melo assinala que os apoiadores de Jair Bolsonaro representam cerca de 30% do eleitorado. Isso é o que demonstra toda a sorte de pesquisas que focam no tema apoio político.

Assim, o aval dado por 27% dos entrevistados pelo Travessia está no limite dessa fração. "O Doria, por sua vez, quase nunca recebe mais de 4% de apoio nessas sondagens nacionais", ressalta Melo. "Isso pode dizer que, no caso específico do combate à doença, ele atinge um nível muito mais alto de aceitação, obtendo 28% de apoio. É um salto considerável, ainda que precise ser confirmado." Na avaliação de José Álvaro Moisés, professor de ciência política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas da Universidade de São Paulo, é preciso relativizar também o peso na enquete dos 23% que optaram pela alternativa "ninguém" na pergunta "quem está agindo da melhor maneira diante da pandemia do coronavírus?". "Se somarmos os percentuais de todos os participantes, o que inclui o Doria, o Bolsonaro, o Congresso, o Pazuello e até os 'outros', teremos um total de 63%", nota Moisés. "Essas pessoas acreditam, sim, que alguém está cuidando do problema, independentemente da forma como fazem isso. Isso reduz um pouco a ideia de abandono." O acadêmico destaca também o interesse do índice obtido pelo Congresso (5%) nessa mesma questão. "A verdade é que os congressistas fizeram coisas positivas contra a pandemia", ressalta o professor. "Isso ao aprovar e, principalmente, ao aprimorar medidas encaminhadas pelo Executivo, como o auxílio emergencial, cujo valor foi elevado pelos parlamentares." Para Moisés, a baixa avaliação dos políticos é um fato grave. Ela pode estar associada a dois fatores. "Pode indicar que a rejeição ao Congresso atingiu um nível difícil de ser revertido, mesmo em situações positivas, ou que a comunicação dos deputados federais e senadores é muito ruim", especifica. "Em qualquer caso, e eles não são excludentes, esse não reconhecimento por parte do eleitor tem um efeito negativo sobre a democracia, pois o Congresso deveria ser um fórum permanente de representação da sociedade." Sob o ponto de vista econômico, a pesquisa traz outras novidades. Aumentou - e muito - o temor dos brasileiros sobre a magnitude dos estragos que a covid-19 provocará na economia do país. Em março de 2020, como dito no início desta reportagem, 54% das pessoas concordaram em usar o termo "devastadoras" para definir tais consequências. Agora, 72% compartilham dessa opinião. Ou seja, houve uma escalada de 18 pontos percentuais. Há um ano, por outro lado, 31% ainda acreditavam que os entraves resultantes da doença seriam momentâneos, passíveis de solução em um prazo relativamente curto. Hoje, só 20% dos entrevistados pensam dessa maneira.

Soller, o técnico do Travessia, frisa que a ideia de um futuro "devastador" é, como se diz no jargão, transversal (ou seja, comum) aos mais diversos recortes da pesquisa. Essa foi, por exemplo, a escolha de 73% das mulheres e 70% dos homens. O termo foi compartilhado tanto por jovens (73%) entre 16 e 24 anos, como pelos mais velhos (70%), com idades acima de 60 anos. Distribuiu-se ainda de forma equânime, sempre em um patamar entre 69% e 73%, em todas as regiões do país. A única variação observada nesse tópico teve a ver com renda. Entre os que ganham menos, com até dois salários mínimos por mês, 72% falaram em devastação. Para aqueles que recebem mais de cinco salários mínimos, a maior faixa de renda delimitada na enquete, o termo contou com a concordância de 80%. Ou seja, quem tem mais

está mais assustado.

A hipótese de um mergulho tão profundo, indica a sondagem, não assombra as pessoas por acaso. A renda dos brasileiros foi comprometida - e aparenta estar sendo cada vez mais espancada - pela doença. Em junho de 2020, a primeira vez que tal tema foi colocado aos entrevistados pelo Instituto Travessia, 74% disseram que os rendimentos familiares foram prejudicados pela crise sanitária. Outros 26% afirmaram que não. Hoje, respectivamente, esses números vão a 80% (seis pontos percentuais a mais de "sim", a pandemia afetou o bolso) e 19% (sete pontos a menos de "não"). Os mais pobres foram os mais prejudicados. A queda de renda atingiu 83% dos que ganham até dois mínimos por mês. Entre os que recebem cinco salários ou mais, o bolso de 67% foi afetado.

A sondagem captou ainda danos no campo trabalho. Entre as pessoas ouvidas, 54% disseram que o emprego (deles ou de algum parente) foi "prejudicado" ao longo do último ano. Em outra resposta, a mesma questão despontou com força. Diante de um conjunto pré-definido de opções, a enquete perguntou qual a maior preocupação dos entrevistados para 2021. O desemprego ocupou, disparado, a liderança dos assuntos tidos como mais assustadores. Ele representou 38% das escolhas.

Na sequência, apareceram "segurança" (18%), "**inflação**" (15%), "falta de vacina" (14%), "piora no atendimento a pacientes com covid" (8%) e "crise política" (7%). "Note-se que o 'desemprego' agrupa mais da metade das preocupações em comparação com o segundo tema da lista, a 'segurança'", frisa Dorgan Filho. "Outro destaque é a '**inflação**'. Essa é uma preocupação que cresce com muita rapidez entre as pessoas mais pobres. Quando fazemos pesquisas qualitativas, com grupos pequenos de pessoas e discussões mais profundas, o mesmo medo aparece. Guardadas as diferenças, a impressão é que estamos regredindo para discussões do início dos anos 90, quando as taxas inflacionárias disparavam a todo vapor." A enquete identificou ainda o esgarçamento sofrido pelas regras de isolamento social. Diminuiu a coesão em torno das medidas mais severas. Em abril de 2020, por exemplo, 57% defendiam um amplo fechamento do comércio, além de restrições a mobilidade e aglomerações. A palavra de ordem era "isolamento total". Em junho, esse grupo representava 45% dos entrevistados, e, agora, 39%.

Hoje, 52% preferem diretrizes mais brandas, um "isolamento parcial". Isso ainda que a média diária de mortes por covid não tenha arrefecido e pipoquem focos dramáticos de contaminação como em Manaus. "Em muitos casos, o medo pode estar perdendo

terreno para a necessidade de trabalhar", aponta Dorgan Filho. "Esse é até um motivo pelo qual o discurso negacionista funciona para muitas pessoas." A pesquisa enveredou ainda pelo campo dos hábitos de compra. E um dado chamou a atenção dos analistas: apenas 19% dos entrevistados afirmam ter mantido o padrão de consumo pré-pandemia. Os 81% restantes deixaram de adquirir, em níveis diferenciados, diversos tipos de artigos ou serviços. Aqueles considerados supérfluos foram despachados por 56% das pessoas ouvidas. Visitas a cabeleireiros e manicures foram reduzidas por 14%. E itens básicos de consumo deixaram de ir para a mesa de 11 %.

Por fim, o debate sobre a volta dos estudantes às aulas presenciais, a pleno vapor na maioria dos Estados, não está pacificado sob a ótica da população. Há divergências acentuadas nesse quesito. A pesquisa revela que 65% dos brasileiros são contra o retorno aos bancos escolares, ante 31% (menos da metade) a favor. As pessoas que defendem a medida, contudo, se concentram nas faixas de renda mais altas. Ainda assim, o tema divide opiniões. Mesmo entre os que ganham cinco salários mínimos ou mais por mês, ela conta com o apoio de 45% dos entrevistados. Outros 45% se opõem.

Esses números mudam para 27% a favor e 70% contra no grupo que recebe até dois mínimos mensais, e 30% a favor e 66% contra na turma com renda entre dois e cinco salários. Dorgan Filho observa que esse racha também fica evidente nas pesquisas qualitativas, feitas com grupos pequenos. "Muitas vezes, nos lares das famílias mais pobres, moram pais, filhos e avós", diz o analista. "Existe o medo de que o eventual contato das crianças com o vírus resulte no contágio dos idosos. Para quem tem mais dinheiro, esse tipo de problema não é tão premente. Não falta vontade de a vida voltar ao normal, mas o temor ainda é forte." Uma realidade que, como mostra o geral da enquete, parece ir além das salas de aula.

- Nem Doria nem Bolsonaro conseguem se descolar um do outro na avaliação de quem tem agido melhor durante a pandemia

- Com preocupações econômicas, apoio ao isolamento social tem caído, mas maioria ainda é contra retorno das aulas presenciais

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186708

Pagamentos irregulares chegam a R\$ 54,66 bi

Agência Estado

O Tribunal de Contas da União (TCU) estima que 7,3 milhões de pessoas podem ter recebido o auxílio emergencial de forma irregular e que outras 6,4 milhões de mulheres podem ter sido contempladas com a cota em dobro sem merecê-la. Os pagamentos indevidos foram calculados em R\$ 54,66 bilhões - cerca de 18% dos R\$ 293 bilhões efetivamente destinados ao programa no ano passado.

O balanço final das fiscalizações sobre o auxílio emergencial foi divulgado nesta quarta-feira, 24, pela corte de contas. Os técnicos chamaram a atenção para o fato de que o valor desembolsado indevidamente pela União seria suficiente para bancar três parcelas adicionais de R\$ 300 a 60 milhões de brasileiros.

Atualmente, está em discussão uma nova rodada do auxílio, com quatro parcelas de R\$ 250 a até 40 milhões de brasileiros. Após resistir ao relançamento do benefício, a equipe econômica tem tentado limitar seu alcance para conter o impacto fiscal, já que a despesa será bancada com mais emissão de dívida pública e ficará fora do teto de gastos (que limita o avanço das despesas à inflação).

Desde o início da implementação do auxílio, notícias de pagamentos indevidos revoltaram a sociedade. Pessoas com renda mais elevada e até servidores civis e militares foram flagrados recebendo o benefício, deflagrando fiscalizações dos órgãos de controle.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20210226>

Tributação dos mais ricos para salvar economia

Partindo como base de dados a última pesquisa de orçamentos da renda familiar, feita entre 2017 e 2018 e que calcula o consumo no nível individual durante esse período, o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, divulgou estudo que discute como a tributação dos estratos sociais mais ricos para a transferência de renda às camadas mais pobres pode servir como instrumento de recuperação da atividade econômica, beneficiando a todos.

Quem explica o estudo é Rodrigo Toneto, mestre em Economia pela FEA e pesquisador do Made. Toneto propõe que a alíquota efetiva de imposto de renda dos mais ricos seja elevada para cerca de 15% - hoje, esse valor varia de 2% a 5% -, para assim garantir que um programa distribuísse R\$ 125 a todos os brasileiros pertencentes ao grupo dos 30% mais pobres, entregando a uma família de quatro pessoas R\$ 500 a partir desse mecanismo de transferência.

"Essa mera alocação de um lugar para o outro é capaz de gerar R\$ 108 adicionais na economia a cada R\$ 100 transferidos e, no longo prazo, isso é chamado de efeito multiplicador", explica Toneto.

O resultado que o estudo estima é que uma mudança como essa na atual estrutura que a economia brasileira tem poderia implicar num **PIB** 2,4% maior do que é hoje.

Segundo Toneto, um dos meios de colocar o estudo em prática seria retirar deduções do imposto de renda sobre plano de saúde e educação. Um dos objetivos do estudo é justamente ampliar o número de apoiadores de medidas como essa e mostrar que a tributação do 1% mais rico no imposto de renda beneficia todo o resto da economia, "mas, ainda assim, o 1% tem muita voz no debate público, muita capacidade de garantir opiniões fortes em jornais, em articuladores de opinião, então acho que parte da resistência vem por aí", afirma Toneto.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20210226>

Recuo estratégico

BRUNO GÓES, PAULO CAPPELLI E NATÁLIA PORTINARI *opais@oglobo.com.br* BRASÍLIA

A versão original da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da imunidade parlamentar foi alterada ontem na tentativa de minimizar as críticas ao texto que reduz as possibilidades de prisão de deputados e senadores. Tramitando em regime excepcional, a PEC teve a sua constitucionalidade aprovada na quarta-feira, um dia depois de vir a público. Para conseguir construir uma maioria com folga -são necessários 308 votos para a aprovação-, a relatora do texto, Margarete Coelho (PP-PI), fez mudanças de última hora. Em parecer, ela retirou, por exemplo, o trecho que fazia alterações na Lei da Ficha Limpa. Mesmo assim, sem garantia de apoio suficiente, a votação foi adiada para hoje.

Pela Constituição, parlamentares só podem ser presos em flagrante e por crimes inafiançáveis. Na primeira versão, a PEC esclarecia que os crimes inafiançáveis seriam apenas os citados na Constituição. A redação também foi alterada para incluir todos os crimes inafiançáveis "na forma da lei", o que permite interpretação mais ampla, que contempla inclusive o caso de Daniel Silveira (RJ), agora filiado ao PTB, preso por ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Foi retirada do texto uma medida que alterava as condições de inelegibilidade. A Lei da Ficha Limpa exige apenas condenação por "órgão colegiado" para tornar um político inelegível. A redação anterior da PEC colocava a exigência de uma condenação "em duplo grau de jurisdição", o que é mais restritivo. Ao ler o relatório em plenário, Margarete Coelho afirmou que esse assunto voltará a ser debatido em grupo de trabalho que discute uma reforma eleitoral:

- Tal circunstância impõe cautela e prudência por parte deste Congresso Nacional no presente momento. A temática deve ser objeto de debate oportunamente, qual seja, nas discussões acerca da **reforma política**, do Novo Código Eleitoral e da criação do Código de Processo Eleitoral.

Outra mudança é no ponto que criava um recurso ordinário dentro do STF, o que foi criticado por juristas - políticos condenados no STF poderiam recorrer, no mérito da causa, ao próprio Supremo. Isso também não entrou no texto. A relatora, porém, defendeu posterior discussão do tema:

-O Congresso tem um encontro marcado com a

positivação, em sede constitucional, do duplo grau de jurisdição, notadamente porque há restrições ilegítimas ao exercício de liberdades fundamentais.

Para tornar a PEC mais palatável, foi retirado ainda o ponto que vedava decisões contra parlamentares, como busca e apreensão, durante o plantão forense.

Sem passar por comissões e adotando ritmo a toque de caixa, parlamentares do Centrão tentavam votar o texto, ainda ontem, em dois turnos.

Eles querem aproveitar a "temperatura" do caso, provocado pela prisão de Silveira.

Em reunião de líderes, partidos alinhados ao presidente Arthur Lira (PP-AL) deram aval às mudanças no conteúdo da PEC original. A primeira versão só foi apresentada há dois dias. No início da sessão de ontem, Lira saiu de plenário para ir a São Paulo. Coube a seu vice, Marcelo Ramos (PL-AM), dar seguimento aos trabalhos. Mais cedo, Lira negou que a proposta fosse uma "blindagem". Segundo ele, o texto não concede inviolabilidade plena aos parlamentares:

-A Câmara teve comportamento de deixar isso claro: inviolabilidade com relação à imunidade parlamentar não será plena quando for contra a democracia. A Câmara fez corte na perna e deixou isso claro. Lógico que isso precisa, por falha do Legislativo, ser remediado. E qual remédio para esclarecer um assunto que deixou STF sem alternativa de posicionamento? Regulamentar o artigo que fala de imunidade parlamentar quanto à sua voz e ao seu voto.

TÓPICOS PRESERVADOS

Pontos da PEC original foram preservados. O texto prevê, por exemplo, a proibição do afastamento temporário de parlamentares, somente podendo ser decretada a perda do mandato nos casos já previstos em lei. Hipóteses para isso ocorrer envolvem questões eleitorais, criminais ou quebra de decoro.

O afastamento da deputada Flordelis (PSD-RJ) da Câmara, determinado pela Justiça do Rio anteontem, não poderia ocorrer pelas novas regras. Ela é acusada de mandar matar o marido.

Outro ponto relevante da PEC é estabelecer o foro privilegiado apenas "para crimes cometidos no

exercício do cargo e relacionados ao mandato", que inclui na Constituição o entendimento atual do STF. A alteração mantém, portanto, ações sobre fatos anteriores ao cargo dos deputados e senadores nas instâncias inferiores.

Em rede social, o presidente Jair Bolsonaro disse que não tem "nada a ver" com a PEC:

-Essa PEC, uma vez tramitando, tem a ver com a imunidade parlamentar, não tem nada a ver comigo, como chefe do Executivo. Daí, o pessoal começa já a tirar, falar que eu vou ter proveito próprio, a família vai ter proveito próprio em cima disso. São críticas que realmente deixam agente chateado, dada a ignorância de quem critica sem saber o que está falando.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>